



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE FINANÇAS E CONTABILIDADE
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

MARIA CAROLINA FIRMO PEREIRA

**ESTUDO SOBRE O CONHECIMENTO DOS GRADUANDOS DO CURSO DE
CIÊNCIAS CONTÁBEIS DA UFPB A RESPEITO DA CONTABILIDADE
AMBIENTAL**

**JOÃO PESSOA
2017**

MARIA CAROLINA FIRMO PEREIRA

**ESTUDO SOBRE O CONHECIMENTO DOS GRADUANDOS DO CURSO DE
CIÊNCIAS CONTÁBEIS DA UFPB A RESPEITO DA CONTABILIDADE
AMBIENTAL**

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Contábeis, do Centro de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador(a): Prof.^a Ma.: Ionara Stéfani Viana de Oliveira

**JOÃO PESSOA
2017**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

F524e Firmo Pereira, Maria Carolina.

ESTUDO SOBRE O CONHECIMENTO DOS GRADUANDOS DO CURSO DE CIÊNCIAS
CONTÁBEIS DA UFPB A RESPEITO DA CONTABILIDADE AMBIENTAL. / Maria Carolina
Firmo Pereira. – João Pessoa, 2017.
59f.: il.

Orientador(a): Profª Msc. Ionara Stefani Viana de Oliveira.
Trabalho de Conclusão de Curso (Ciências Contábeis) – UFPB/CCSA.

Título. 1. Contabilidade Ambiental. 2. Conhecimento. 3. Educação Ambiental. I.

UFPB/CCSA/BS

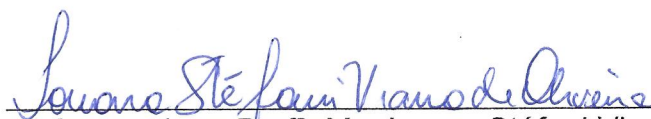
CDU:657(043.2)

MARIA CAROLINA FIRMO PEREIRA

ESTUDO SOBRE O CONHECIMENTO DOS GRADUANDOS DO CURSO DE
CIÊNCIAS CONTÁBEIS DA UFPB A RESPEITO DA CONTABILIDADE
AMBIENTAL.

Esta monografia foi julgada adequada para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis, e aprovada em sua forma final pela Banca Examinadora designada pela Coordenação do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal da Paraíba.

BANCA EXAMINADORA



Orientadora: Prof^a. Ma. Ionara Stéfani Viana de Oliveira
UFPB



Prof.^a Dr.^a. Adriana Fernandes de Vasconcelos
UFPB



Prof.^o. Dr. Thiago Henrique de Souza Echtenacht
UFPB

João Pessoa, 22 de Maio de 2017.

AGRADECIMENTOS

Dos ensinamentos conquistados durante toda a caminhada em que trilhei para chegar até aqui, a certeza de que Deus sempre esteve ao meu lado foi um dos maiores. Saber que independente das dificuldades enfrentadas, eu estaria protegida por Ele, e nada me aconteceria sem a sua permissão e da sua Virgem Mãe, minha mãe Maria, foram umas das minhas fortalezas.

Durante todo o tempo, a presença de pessoas ao meu lado, me incentivando e nunca permitindo que eu desistisse dos meus sonhos, foi aquela força a mais que eu precisava. À minha família, a qual agradecerei eternamente a Deus por ter me enviado, serei grata pela presença ao longo, não só da minha formação, mas durante toda minha vida. Aos meus pais, Eliane e Ailson, meu eterno e mais sincero agradecimento, por todas as vezes que não me deixaram faltar nada e que fizeram o impossível para me ver feliz. Obrigado pelo amor, carinho, força, compreensão e acima de tudo, pelo exemplo de vida. Aos meus irmãos, Ailson e Adailson, obrigado pela alegria e por aquele “você vai conseguir” nas horas de desânimo.

Aos meus familiares, Firmo e Pereira, obrigada por compartilhar comigo os melhores momentos da minha vida, e mesmo nos momentos tristes, obrigado pelos abraços e mãos estendidas. Sem vocês, não chegaria até aqui. Esse sonho era nosso. Aos meus anjos protetores, vô João, vó Maria e tio Altair, que hoje já não vivem entre nós, mas que eu os levo guardados em meu coração, obrigado pela intercessão de sempre aí de cima. Essa conquista também é de vocês.

Agradeço também ao meu namorado, Felipe, pela paciência e dedicação em todos os momentos, pelos abraços estendidos na hora do choro e pelos sorrisos compartilhados nas horas das conquistas. Aos amigos que estão presentes em minha vida, que estiveram torcendo pelo sucesso, saibam que estarei sempre rezando pelo sucesso profissional e na vida pessoal de cada um.

Por fim, não menos importante, agradeço aos professores que contribuíram para minha formação profissional, desde os meus primeiros passos. Aos docentes da UFPB, minha gratidão, especialmente a minha orientadora Ionara Viana, por toda assistência, paciência, dedicação fornecida. Que Deus continue abençoando a vida de cada um.

“A gente chega nas estrelas,
Chega onde a gente quiser,
Só não chega se acabar a nossa fé”.

(Emilio Santiago)

RESUMO

A Contabilidade, considerada um importante instrumento de auxílio nas tomadas de decisões das organizações, ganha maior evidência por inserir a Contabilidade Ambiental em suas atividades, de modo a envolver políticas à preservação do meio ambiente em meio aos seus objetivos de trabalho. Se a Educação Ambiental deve ser levada em consideração, de forma que se pense em crescimento econômico e desenvolvimento sustentável juntos, o ensino das Ciências Contábeis, para que seja completo e de qualidade, também deve levar em consideração tal tema, visto que é algo que já faz parte do interesse da sociedade. Diante do cenário apresentado, o presente trabalho teve como objetivo identificar qual o conhecimento dos graduandos do curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) a respeito da Contabilidade Ambiental. Metodologicamente esta análise de pesquisa é qualitativa, e seu método descritivo, com coleta de dados realizada através de aplicação de um questionário com 162 alunos do curso de Ciências Contábeis da UFPB. Constatou-se que a maioria dos alunos possuem pouco conhecimento sobre a Contabilidade Ambiental e assuntos que a envolvem. Verificou-se que o desempenho dos graduandos que se encontram em fases superiores não é superior aos alunos de períodos inferiores (alunos ingressos no curso) quanto ao tema, levando em consideração o modelo de questionário aplicado, com questões objetivas. Identificou-se assim uma carência por parte dos alunos na discussão do tema, independente deles já terem cursado a disciplina, ou já terem tido algum contato com materiais sobre a ciência (extracurricular). Diante do que foi apresentado, é possível inferir que os estudantes do curso de Ciências Contábeis da UFPB possuem pouco conhecimento sobre as questões de Contabilidade Ambiental, e que isso é decorrente da ausência de atividades extracurriculares sobre o tema.

Palavras-Chaves: Contabilidade Ambiental. Conhecimento. Educação Ambiental.

ABSTRACT

Accounting, considered an important tool to aid in the decision making of organizations, gains more evidence by inserting Environmental Accounting in its activities, in order to involve policies to preserve the environment in the midst of its work objectives. If Environmental Education should be taken into account, so that economic growth and sustainable development are considered together, the teaching of Accounting Sciences, in order to be complete and of quality, should also take into account such a topic, since it is something that is already part of society's interest. In view of the presented scenario, the present work had as objective to identify the knowledge of the graduates of the course of Accounting Sciences of the Federal University of Paraíba (UFPB) regarding Environmental Accounting. Methodologically this research analysis is qualitative, and its descriptive method, with data collection performed through the application of a questionnaire with 162 students of the course of Accounting Sciences of the UFPB. It was verified that the majority of the students have little knowledge about the Environmental Accounting and subjects that involve it. It was verified that the performance of graduates who are in higher stages is not superior to the students of lower periods (students in the course) on the subject, taking into account the questionnaire model applied, with objective questions. A lack of students was identified in the discussion of the subject, regardless of whether they had already taken the course or had already had some contact with materials on science (extracurricular). In view of what has been presented, it is possible to infer that students of the Accounting Sciences course of the UFPB have little knowledge about Environmental Accounting issues, and that this is due to the absence of extracurricular activities on the subject.

Key-words: Environmental Accounting. Knowledge. Environmental education.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Perfil dos Respondentes.....	34
Tabela 2 – Contato com a disciplina de Contabilidade Ambiental.....	35
Tabela 3 – Contato com atividades extracurriculares sobre Contabilidade Ambiental.....	36
Tabela 4 – Contato com materiais sobre Contabilidade Ambiental.....	36
Tabela 5 – Despesa Ambiental.....	37
Tabela 6 – Sistema de Gestão Ambiental.....	38
Tabela 7 – ISO 14.000.....	38
Tabela 8 – Despesas e Custos Ambientais.....	39
Tabela 9 – Ativo Ambiental.....	39
Tabela 10 – Receita Ambiental	39
Tabela 11 – Passivo Ambiental.....	40
Tabela 12 – Lei 9.605/98.....	41
Tabela 13 – NBC T 15.....	41
Tabela 14 – ISO 14.000.....	42
Tabela 15 – Lei 6.938/81.....	42
Tabela 16 – Relação entre o período cursado e o conhecimento dos graduandos quanto aos conceitos de Contabilidade Ambiental.....	43
Tabela 17 – Relação entre o contato com materiais e o conhecimento dos graduandos quanto aos conceitos de Contabilidade Ambiental.....	45
Tabela 18 – Relação entre o conhecimento dos conceitos, leis e normas da Contabilidade Ambiental.....	46

LISTA DE ABREVIATURAS

CFC.....	-Conselho Federal de Contabilidade
CM.....	-Currículo Mundial
CNE.....	-Conselho Nacional de Educação
FBC.....	-Fundação Brasileira de Contabilidade
IES.....	-Instituição de Ensino Superior
ISAR.....	-International Standards of Accounting and Reporting
ISO.....	-Organização Internacional para Padronização
IBRACON.....	-Instituto Brasileiro de Auditores Independentes
NBC T.....	-Norma Brasileira de Contabilidade Técnica
NPA.....	-Norma de Procedimento de Auditoria
ONU.....	-Organizações das Nações Unidas
SGA.....	-Sistema de Gestão Ambiental
UFPB.....	-Universidade Federal da Paraíba
UNCTAD.....	-United Nations Conference on Trade and Development

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	10
1.1	TEMA E PROBLEMA DE PESQUISA.....	11
1.2	OBJETIVOS.....	12
1.2.1	Objetivo Geral.....	12
1.2.2	Objetivos Específicos.....	12
1.3	JUSTIFICATIVA.....	13
2	REVISÃO DE LITERATURA.....	15
2.1	CONTABILIDADE AMBIENTAL.....	15
2.1.1	Grupo de Contas da Contabilidade Ambiental.....	16
2.1.1.1	<i>Ativo Ambiental.....</i>	<i>17</i>
2.1.1.2	<i>Passivo Ambiental.....</i>	<i>17</i>
2.1.1.3	<i>Receita Ambiental.....</i>	<i>18</i>
2.1.1.4	<i>Custo e Despesa Ambiental.....</i>	<i>19</i>
2.1.1.5	<i>Balanço Social e Ambiental.....</i>	<i>20</i>
2.2	IMPORTÂNCIA E VANTAGENS DA CONTABILIDADE AMBIENTAL.....	20
2.2.1	Sistema de Gestão Ambiental (SGA).....	22
2.2.2	Normas e Legislações sobre Contabilidade Ambiental.....	24
2.3	FORMAÇÃO EM CONTABILIDADE.....	26
2.3.1	O Ensino da Contabilidade Ambiental.....	28
3	METODOLOGIA.....	32
3.1	TIPOLOGIA DE PESQUISA.....	32
3.2	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	33
3.3	POPULAÇÃO E AMOSTRA.....	33
4	RESULTADOS.....	34
4.1	PERFIL DOS RESPONDENTES.....	34
4.2	CONTATO DOS RESPONDENTES COM A CONTABILIDADE AMBIENTAL.....	35
4.3	CONHECIMENTO DOS RESPONDENTES SOBRE A CONTABILIDADE AMBIENTAL.....	37
4.3.1	Conhecimento sobre Conceitos da Contabilidade Ambiental.....	37
4.3.2	Conhecimento sobre Normas e Legislações Ambientais.....	40
4.4	RELAÇÃO ENTRE OS DADOS.....	42

5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	48
5.1	LIMITAÇÃO DA PESQUISA.....	49
5.2	SUGESTÕES PARA PESQUISAS FUTURAS.....	50
	REFERÊNCIAS.....	51
	APÊNDICE A – Questionário.....	58

1 INTRODUÇÃO

A relevância da relação das organizações econômicas com o meio ambiente vem ganhando maior destaque no cenário do mercado globalizado, ainda mais com o acontecimento de eventos ocasionados pela ação do homem, como foi o caso, no Brasil, do desastre verificado na barragem de propriedade da empresa Samarco, em Minas Gerais.

Com eventos dessa natureza, a discussão a respeito da preservação do meio ambiente ganha espaço entre agentes atuantes no meio social, especialmente no tocante à atuação de empresas, perante constatação que as mesmas possuem em suas atividades elementos que, muitas vezes, impactam o ambiente.

Carvalho et al., (2010, p.39), comentam que “a preocupação com a degradação ambiental é atualmente foco de muitas discussões para as empresas, governos e a sociedade em geral, já que o público tem papel fundamental na prevenção, recuperação e reciclagem dos recursos naturais”.

Vale realçar que, durante muito tempo, tais impactos ambientais não atraíam tanto a atenção da sociedade, provavelmente em virtude da crença de que as fontes de recursos naturais utilizadas eram abundantes, quase inesgotáveis. Porém, hoje, tal visão já não persiste e nota-se uma apreensão mundial crescente, inclusive no Brasil, em relação a danos causados ao meio ambiente.

A atuação de movimentos com objetivo de conscientização de todos para as questões sobre o meio ambiente, como a conferência das Nações Unidas Eco 92, segundo afirmam Conceição et al., (2014), vêm acordando a preocupação das empresas com a gestão do uso dos recursos naturais e com o impacto ambiental resultante de suas atividades.

No particular ao desempenho das empresas, cabe ressaltar o interesse dos empresários em relação ao tema. A ideia de gestão sustentável tomou grande proporção, de modo que é vista como “linguagem dos negócios” e, portanto, precisa reportar tudo o que tem a ver com a atividade das empresas, inclusive a relação desta com o meio ambiente.

As empresas buscam mostrar o interesse em contribuir de forma ecológica, com práticas saudáveis, que amenizam os impactos que suas atividades vêm causando ao meio ambiente, e ao mesmo tempo, utilizam dessas ações para limpar

a sua imagem, quanto a redução das pressões da sociedade e a evidenciação da sua responsabilidade (PEREIRA, 2014).

Empresas que apresentam maior preocupação em relação ao meio ambiente, de acordo com Silva et al., (2013), dando atenção tanto às necessidades humanas quanto aos cuidados com a própria natureza, passaram a possuir maior valor no mercado.

Essa relação verificada entre cuidado com o meio ambiente e maior valor de mercado requer maior participação dos profissionais da Contabilidade, inclusive no que diz respeito à sua mensuração. Martendal et al., (2013, p.16) acreditam que, para as entidades, “[...] as motivações e objetivos de preocupação geralmente são os de obter retornos financeiros lucrativos”.

As empresas buscam, conforme Varelo et al., (2011), a contribuição da Contabilidade como fornecedora de instrumentos capazes de mensurar as ações e os respectivos impactos no patrimônio da entidade.

Sendo a Contabilidade Ambiental “uma atividade de identificação de dados e registros de eventos ambientais, processamento e geração de informações que subsidiem o usuário, servindo como parâmetro em suas tomadas de decisões”, conforme conceituada por Paiva (2006, p. 17), os profissionais contábeis, atuando diretamente nos relatórios e com o adequado conhecimento sobre o assunto, podem ajudar no gerenciamento das variáveis ambientais das organizações e no controle dos gastos desembolsados com a Gestão Ambiental.

1.1 TEMA E PROBLEMA DE PESQUISA

Diante do cenário de maior necessidade de informações exigidas pela sociedade quanto as atividades realizadas pelas entidades e que impactam o meio externo, a Contabilidade na qualidade de linguagem de negócios, deve reportar a relação da entidade com o meio ambiente, por meio da Contabilidade Ambiental.

Nota-se então, a necessidade dos profissionais contábeis atuantes no mercado em deterem conhecimentos a respeito da relação das organizações com o meio ambiente, necessidade tal que remete à formação dos contadores. Em outros termos, em virtude das exigências encontradas no mercado de trabalho, relativas ao conhecimento de questões ambientais, a formação do profissional contábil precisa abordar esse tipo de conhecimento.

Assim, chega-se ao ponto questionador desta pesquisa: Qual o conhecimento dos graduandos do curso de Ciências Contábeis da UFPB a respeito da Contabilidade Ambiental?

1.2 OBJETIVOS

A principal fonte de conhecimento que contribui diretamente para os primeiros passos na carreira profissional de um ser humano é a sua formação acadêmica. Os cursos superiores de Ciências Contábeis, com suas grades curriculares aliadas com as exigências feitas por parte da sociedade aos profissionais contábeis, são responsáveis pela formação desses profissionais.

A preocupação com o meio ambiente e com a responsabilidade social das empresas, cada vez mais presentes na sociedade, para que sejam atendidas as necessidades de informações exigidas pela sociedade quanto as atividades realizadas pelas entidades e que impactam o meio externo, é válido a observação do ensino da disciplina de Contabilidade Ambiental quanto a formação de novos profissionais contábeis capacitados.

1.2.1 Objetivo Geral

Esse estudo tem como objetivo geral identificar qual o conhecimento dos graduandos do curso de Ciências Contábeis da UFPB a respeito da Contabilidade Ambiental.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Verificar o perfil dos graduandos do curso de Ciências Contábeis da UFPB quanto ao sexo, faixa etária, experiência profissional e se teve contato com a Contabilidade Ambiental;
- Analisar o conhecimento dos graduandos sobre assuntos específicos da Contabilidade Ambiental;
- Observar se há distinção dos graduandos de diferentes períodos em relação ao conhecimento sobre a Contabilidade Ambiental.

1.3 JUSTIFICATIVA

Ao longo do tempo, o curso de Ciências Contábeis no Brasil vem se adaptando às mudanças ocorridas na sociedade. Em meio a tais modificações, a preocupação com a mensuração e registro dos impactos ambientais ligados às entidades garante a relação Contabilidade x Ambiente, afinal, segundo Ferreira (2006), se o uso dos recursos disponíveis na natureza não afetasse o patrimônio das entidades, no caso da contabilidade, não haveria necessidade de relatar e medir esses fatos.

Em um cenário empresarial, questões sobre sustentabilidade e meio ambiente refletem no processo de tomada de decisões em seus projetos. A sociedade passou a exigir das empresas algo além da qualidade do produto ou serviço e de preços adequados. Assim, o que desejam são melhores condições no ambiente de trabalho e mais qualidade de vida (MARTINS; SOUZA, 2013).

Nesse sentido, a discussão acerca de contabilidade ambiental evidencia a crescente e positiva preocupação com relação aos mais variados assuntos em analogia à questão ambiental, bem como ao desenvolvimento sustentável e ao mesmo tempo a contabilização dos recursos naturais empregados na metodologia de produção e resíduos provenientes desse processo.

As evolutivas exigências do cenário ambiental e da sociedade também passaram a exigir que as empresas não apenas notem, mas respeitem as legislações ambientais e diferentes aparelhos legais alusivos à temática em estudo, o que justifica a necessidade da presença de profissionais capacitados para lidarem com os seus padrões de qualidade de seus processos industriais e de produtos.

Desse modo, a Contabilidade é, de forma relevante, um importante instrumento que tem contribuído para os processos de reconhecimento, mensuração e divulgação de informações dos meios sociais e ambientais originadas por atitudes tomadas pela própria empresa (SAMPAIO, 2011).

Nesse sentido, a pesquisa traz em seu conteúdo esclarecimentos sobre conceitos básicos que compõem a Contabilidade Ambiental, de modo que os esclareçam, reforçando a sua relação com o cotidiano de empresas que possuem contato com o meio ambiente, através da pessoa do contador.

Faria et al., (2012) justificam a importância do conhecimento por parte do aluno quanto a Contabilidade Ambiental, e da identificação, ainda no período de formação acadêmica do curso superior, de possíveis melhorias quanto ao ensino do conteúdo.

Eles acreditam que esses futuros profissionais, tendo recebido um correto e adequado conhecimento sobre o tema, poderão atuar no mercado de trabalho com questões de caráter ambiental.

Em relação a disciplina de Contabilidade Ambiental na UFPB, essa pesquisa se torna relevante pelo fato de observar o interesse dos estudantes de contabilidade sobre o tema, a partir do momento que a disponibilidade da mesma passa a fazer parte das disciplinas obrigatórias da grade curricular.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Esta seção dedica-se a tratar de forma geral os conceitos básicos, legislações e conteúdos fundamentais que rodeiam a Contabilidade Ambiental. É destacado, primeiramente, uma breve explicação do que é a Contabilidade Ambiental, seguido de conceitos sobre seus grupos de contas, as legislações e normas que a regem, a sua influência e existência na formação acadêmica dos futuros profissionais, e por fim, alguns estudos anteriormente realizados, que também tratam do assunto da pesquisa.

2.1 CONTABILIDADE AMBIENTAL

A necessidade de evidenciar as riquezas pessoais por conta própria já existia desde o início da história da humanidade, e com o passar dos anos, a carência pelo conhecimento sobre os conceitos e toda estrutura de funcionamento da Contabilidade surgiu, de modo a atender às situações que aparecem à medida que a sociedade vem passando por mudanças.

Se a Contabilidade pode ser determinada como um sistema de informação que controla o objeto de estudo de uma entidade, seu Patrimônio, por meio da coleta, armazenagem e processamento das informações oriundas de fatos que possibilitam a sua alteração, como afirma Padoveze (2011), a Contabilidade Ambiental chega de modo a controlar os dados contábeis alusivos aos acontecimentos do meio ambiente (VERONEZE et al., 2016).

Em meio as mudanças da sociedade, a Contabilidade Ambiental aparece diante da grande necessidade de dispor maior atenção para os efeitos, positivos e negativos, que as atividades das empresas podem causar ao meio ambiente, levando em consideração a busca por processos de preservação e de proteção ao meio ambiente, além da criação de legislações ambientais cada vez mais rigorosas.

Orso (2015, p. 20) ressalta que a Contabilidade Ambiental se tornou “de extrema importância com relação à continuidade e sobrevivência das empresas”, visto que a preocupação em relação ao tema ganhou proporção significativa no cenário mundial.

Tinoco e Kraemer (2004, p. 32) dispõem que:

A Contabilidade Ambiental passou a ter status de novo ramo da Ciência Contábil em fevereiro de 1998, com a finalização do “Relatório Financeiro e Contábil sobre o Passivo e Custos Ambientais” pelo Grupo de Trabalho Intergovernamental das Nações Unidas de Especialistas em Padrão Internacionais de Contabilidade e Relatórios.

Varelo et al., (2011, p. 03) determinam a Contabilidade Ambiental como “se tratando de um campo da ciência contábil que [...] atende aos postulados fundamentais – Entidade e Continuidade e que estuda o patrimônio ambiental (bens, direitos e obrigações ambientais) das entidades [...]”. Os autores ainda acrescentam que o seu principal objetivo é repassar informações sobre os acontecimentos ambientais que virão a modificar a situação patrimonial dos usuários finais.

Paiva (2009, p. 15) delinea a Contabilidade Ambiental como “a atividade de identificação de dados e também registros de eventos ambientais, processamento e geração de informações que subsidiam o usuário, servindo como parâmetro em suas tomadas de decisões”.

A Contabilidade Ambiental passa a ser entendida como sendo uma ferramenta responsável por reproduzir aos usuários interessados as informações contábeis acerca das atividades de determinada entidade, realizadas em contato com o meio ambiente, sendo útil para possíveis e futuras tomadas de decisões.

É importante ressaltar que a Contabilidade Ambiental é apenas uma “especialização” da Contabilidade (FERREIRA, 2006). O que as diferenciam são os lançamentos nos relatórios que são apropriados de forma diferente, mesmo seguindo as mesmas regras e princípios, conforme avaliam Silva et al., (2013).

2.1.1 Grupo de Contas da Contabilidade Ambiental

A Contabilidade Ambiental se tornou fundamental para o processo de análise da situação econômico-financeira das empresas, visto que “é a contabilidade que irá evidenciar as medidas adotadas e os resultados alcançados pela empresa” no processo de preservação do meio ambiente (MARQUES; SCHULTZ; HOLFER, 2012, p.02).

Diante de tal importância, a necessidade de conhecimento por parte do profissional contábil sobre o assunto, de modo que seja realizada e repassada aos usuários interessados, sendo eles internos ou externos, uma análise com informações úteis sobre os eventos ambientais que dizem respeito a entidade torna-se essencial.

Assim como na contabilidade tradicional, os fatos contábeis de natureza ambiental depois de evidenciados, conforme Visentin (2012, p. 25), podem ser conferidos pelos gestores através de relatórios que refletem “a situação econômica da empresa”. O autor ainda aponta que “os fatos contábeis relativos ao meio ambiente podem ser representados no balanço patrimonial, pelos ativos ambientais e passivos ambientais, despesas/custos ambientais e receitas ambientais”.

2.1.1.1 Ativo Ambiental

Ativo Ambiental, para Silva et al., (2013), são futuros benefícios econômicos, obtidos ou controlados por uma entidade, resultantes da prevenção, recuperação, monitoramento e reciclagem do meio ambiente.

São bens e direitos pertencentes à entidade, oriundos de suas atividades destinadas ao cuidado com o meio ambiente, possuindo capacidade de gerar benefícios futuros para a mesma. Conforme Visentin (2012), o ativo ambiental segue os mesmos princípios e conceitos do ativo, porém com o objetivo principal de “visar às ações proporcionadas das instituições em relação ao meio ambiente”.

Carvalho (2012) subdivide os ativos ambientais em Ativo Circulante e Ativo não Circulante, e acredita que deste modo eles auxiliam positivamente no processo de repassar as informações desejadas referentes ao meio ambiental nas demonstrações contábeis.

O Ativo Circulante apresenta em sua estrutura os estoques ambientais, os estoques de materiais e os produtos em processo ou acabados, que tenham relação com a finalidade de preservação. O Ativo não Circulante, por sua vez, está dividido em investimentos, imobilizado e intangíveis ambientais, sendo o primeiro associado aos gastos com reflorestamento ou aquisições de florestas com a intenção de preservação, o imobilizado referente as contas com bens físicos destinados à manutenção das atividades da entidade e, por fim, o intangível, que se refere aos bens imateriais, como marcas e patentes (CARVALHO, 2008).

2.1.1.2 Passivo Ambiental

Entende-se por Passivo Ambiental futuras obrigações de responsabilidade da entidade que visam a redução dos impactos negativos causados ao meio ambiente,

por meio da realização das atividades da entidade, e posterior recuperação do mesmo.

Braga (2007, p. 43) conceitua Passivo Ambiental como:

Exigibilidades originadas por um fato gerador passado ou presente, decorrente de uma dívida efetiva ou de um ato futuro relacionado ao meio ambiente, que exigirá em um prazo determinado ou determinável a entrega de ativos ou a prestação de serviços em um momento futuro.

Visentin (2012) esclarece que o Passivo Ambiental é um misto de atitudes da empresa que de alguma forma prejudicaram o meio ambiente e que deverão ser revertidas de modo que gerem para a entidade obrigações ambientais.

O Passivo Ambiental, quanto à sua estrutura e divisão dos seus conteúdos, não se difere de qualquer outro passivo, como afirma Maciel (2014), onde acrescenta que o mesmo é dividido em Capital de Terceiros e Capital Próprio.

O autor ainda cita como exemplos de Passivos Ambientais: “empréstimos de instituições financeiras para investimento na gestão ambiental, remuneração de mão de obra especializada em gestão ambiental, indenizações ambientais e multas decorrentes a infração ambiental” (MACIEL, 2014, p. 79).

Dessa maneira, percebemos que este tipo de passivo não envolve apenas um tipo de gasto ou apenas uma ferramenta, mas sim, estão inteiramente ligados a quaisquer obrigações ou ações ambientais.

2.1.1.3 Receita Ambiental

Segundo Souza e Miranda (2011), receita ambiental é o resultado da venda de sobras do seu processo de produção, transformando-se em lucro para a empresa, graças a sua preocupação com o meio ambiente.

As receitas ambientais podem ser definidas como sendo tudo aquilo que é resultado das atividades da empresa, que busca desenvolver políticas para reduzir problemas ambientais, demonstrando sua parte positiva. “São receitas geradas pela empresa no auxílio do meio ambiente, trazendo benefícios para a própria instituição”. (MACIEL, 2014, p. 20).

Tinoco e Kraemer (2004) acreditam que as receitas ambientais representam os acréscimos econômicos da organização decorrente de atividades que tenham como

consequência a redução dos impactos ambientais. Já Maciel (2014, p. 22) classifica-a como “resultado de vendas de produtos reciclados, tanto no processo de reutilização, quanto na redução de consumo de matérias e energias utilizadas pela empresa”.

2.1.1.4 Custo e Despesa Ambiental

Despesas Ambientais, de acordo com Visentin (2012, p.30), são “todos os gastos e sacrifícios que a organização terá para a recuperação do meio ambiente acarretado pelo seu processo de produção”.

Lima et al., (2014) afirmam que as despesas ambientais podem ser divididas em despesas operacionais e não operacionais, onde as primeiras estão ligadas com a intenção de prevenção ao meio ambiente, e as outras são resultantes de multas, sanções e indenizações.

Difere-se despesas e custos ambientais conforme o relacionamento dos gastos com as atividades ligadas ao meio ambiente da empresa, sendo elas o processo de produção e o de venda de produtos. Os gastos realizados com o intuito de obter receita que estão diretamente ligados ao processo de produção e venda de produtos da entidade são caracterizados como custos ambientais. Os que não possuem relação direta com tais processos são classificados como despesas ambientais (CONCEIÇÃO et al., 2014).

Costa (2012) acrescenta que as despesas ambientais estão relacionadas à administração da entidade por completo, enquanto os custos ambientais estão diretamente relacionados com a satisfação do cliente.

Segundo Freitag et al., (2015, p.86), os custos ambientais:

São gastos relacionados à atividade com finalidade de pôr em prática o princípio do desenvolvimento sustentável, ou seja, os custos diretamente ou indiretamente relacionados as ações de prevenção e/ou recuperação do ambiente em que a empresa está alocada.

Os autores ainda classificam os custos ambientais como: custos externos e internos, diretos e indiretos, intangíveis, potencialmente ocultos, convencionais, custos com contingências e custos de imagem e relacionamento.

2.1.1.5 Balanço Social e Ambiental

Um dos relatórios mais eficazes para evidenciar as demonstrações contábeis, o balanço, também se adaptou a uma forma voltada para as atividades das empresas que possam impactar o meio ambiente, de modo a obter fins lucrativos ou não.

O balanço social surge como item estrutural da Contabilidade Ambiental que visa melhor relacionamento entre a empresa, a sociedade e o meio ambiente. Este demonstrativo veio de modo a somar e, conseqüentemente, demonstrar o quanto a gestão empresarial abrange e se preocupa com as iniciativas que a empresa possui com o meio ambiente (PEREIRA; COUTO; GALVÃO, 2009).

Surgiu em 1977 na França, no momento que a sociedade se atentou para os seus direitos e passou a cobrar maiores investimentos no meio ambiental, almejando melhores condições de vida para a população, conforme relata Ribeiro (2010).

Tinoco e Kraemer (2004, p.87) conceituam Balanço Social como “um instrumento de gestão e de informação que visa evidenciar, de forma mais transparente possível, informações contábeis, econômicas, ambientais e sociais, do desempenho das entidades, aos mais diferentes usuários”.

O balanço social é um demonstrativo que a empresa também o utiliza para publicar seus resultados ambientais, de modo a divulgar à sociedade, sua preocupação e suas atitudes perante os cuidados que possui com o meio ambiente, levando proveito disso para melhorar a imagem da empresa e dos produtos ou serviços relacionados a ela.

2.2 IMPORTÂNCIA E VANTAGENS DA CONTABILIDADE AMBIENTAL

A Contabilidade, sendo um instrumento importante nas tomadas de decisões das entidades, ganhou ainda mais espaço por acrescentar a variável da Contabilidade Ambiental em suas atividades, de modo que as empresas adotem a gestão ambiental de qualidade e transparência com o propósito de retratar os aspectos dos impactos ambientais causados por elas, utilizando de recursos naturais, levando assim informação às outras empresas que ainda não utilizam desses meios.

Diante da urgência cada vez maior de empregar a Contabilidade de maneira particular aos mais diversos campos de atividades e de destinar maior transparência aos demonstrativos para que as informações geradas contribuam com uma análise

por parte do gestor, e que alcancem todos os usuários, foi criada a Contabilidade Ambiental (TINOCO; KRAEMER, 2008).

A Contabilidade Ambiental tem a finalidade de fornecer informações externas para prestação de contas das atividades, servir de parâmetro no gerenciamento das atividades e auxiliar no planejamento estratégico, na sua elaboração, sendo assim, designada para atuar como registro e geração de relatórios.

Registros corretos dos fatos contábeis ambientais levam a Contabilidade a cumprir seu objetivo de fornecer informações a seus usuários, auxiliando no processo de tomada de decisão. Santos e Souza (2014) ressaltam que, se a empresa cumpre as regras de evidenciação, além de responsabilidade, ética e respeito ao meio ambiente, ela está apta a colher bons frutos. Os autores ainda acrescentam que é por meio da Contabilidade Ambiental que a empresa mantém contato com o meio social.

Veroneze (2016, p. 08) afirma que “a preservação ambiental além de trazer benefícios ao meio ambiente e ao homem, torna-se uma grande ferramenta de publicidade, garantindo assim uma melhor visibilidade à empresa diante do mercado e abrindo portas neste novo cenário mundial”. Portanto, praticar e cumprir a Contabilidade Ambiental é algo que interfere, positivamente, a sociedade e a empresa.

A importância da Contabilidade Ambiental se dá, segundo Carvalho (2012, p. 101) cita, pelo fato de que “basta que se olhe para a devastação das riquezas naturais, sem que registros tenham sido feitos nos anais contábeis das empresas e do governo para que se note quão omissa tem sido a ciência em relação ao meio ambiente”. Sendo assim, além de ser algo que se deva exercer por questões legais e burocráticas quanto ao funcionamento correto das entidades, a Contabilidade Ambiental é algo necessário, por questões socioambientais.

Praticar a Contabilidade Ambiental é possuir vantagem quanto a redução dos riscos ambientais das atividades, e assim conseguir transformar de forma positiva a imagem da empresa, tanto internamente quanto diante da sociedade.

Simonetti e Miranda (2011) acreditam que devido à grande concorrência global, além de um serviço ou produto que concilie melhor qualidade e menor custo, buscase cada vez mais um serviço ou produto que respeite o meio ambiente, de modo a não prejudicar, ou prejudicar de forma reduzida os riscos ambientais.

Kraemer (2002, p. 74) afirma que a Contabilidade Ambiental proporciona:

- a) redução e locação de custos ambientais;

- b) utilização mais eficiente dos recursos naturais;
- c) redução de custos externos relacionados com a poluição; e,
- d) disponibilização de informação mais detalhada sobre os custos utilizados para o aumento do desempenho ambiental.

A autora ainda afirma que a Contabilidade Ambiental não vai solucionar todos os problemas relacionados ao meio ambiente, mas com a sua ajuda de tratamento e fornecimento das informações ambientais, irá auxiliar na construção de soluções futuras.

Zanluca (2007, p.02) enumera algumas vantagens do uso da Contabilidade Ambiental, como dispostas abaixo:

- a) identifica e aloca recursos ambientais, de maneira que as decisões de investimentos estejam baseadas em custos e benefícios adequadamente medidos;
- b) permite aferir, economicamente, as reduções de gastos com água, energia e outros recursos renováveis ou não;
- c) gera informações e demonstrativos sobre a eficácia e viabilidade econômica das ações ambientais;
- d) a publicação do balanço ambiental gera transparência da gestão e melhoria na imagem da entidade produtora perante o público;
- e) a contínua correção das ações ambientais, em decorrência da utilização de dados físico-contábeis, contribui para a sociedade como um todo, pois poderá haver redução do nível de agressão à natureza.

Assim, é possível ter ciência de todos os benefícios que tal atividade acresce aos contadores, especialmente, acerca de solucionar as dificuldades que existem no cenário atual da sociedade. Consistindo então na existência de meios que sejam capazes de reduzir os riscos ambientais, e por consequência, profissionais aptos a desempenharem tarefas com esta mesma visão ou finalidade.

2.2.1 Sistema de Gestão Ambiental (SGA)

Considerando a ampla divulgação de ocorrências de desastres ecológicos, oriundos muitas vezes da má gestão administrativa de grandes empresas, a necessidade de um planejamento, de mudanças na forma de gerenciamento, tornou-se ainda mais urgente.

Segundo Souza e Miranda (2011, p.03), o Sistema de Gestão Ambiental – SGA “é um conjunto de medidas que visam ter controle sobre o impacto ambiental de uma empresa”, de modo a gerir ou administrar uma organização com a intenção de melhorar o relacionamento da mesma com o meio ambiente.

As organizações preocupadas com a repercussão negativa causada, quando envolvidas em desastres ambientais, buscam na Gestão Ambiental uma forma de se manter no mercado cada vez mais competitivo.

O SGA surge de modo a facilitar o processo de gerenciamento, proporcionando benefícios às organizações, como melhoria de imagem e de mercado e redução de perdas e prejuízos ao meio ambiente.

Conforme Tinoco e Kraemer (2008, p. 108):

Os SGA não são obrigatórios, ou seja, não há legislação de qualquer nível, em qualquer lugar do mundo, que obrigue uma organização produtiva a desenvolver e a implantar o SGA. Contudo, o comércio internacional cada vez mais vem estabelecendo como condição de comercialização de produtos e serviços a certificação formal dos fornecedores em gestão ambiental.

Para a implantação do SGA na empresa, o gestor necessita do envolvimento de todos os setores, principalmente, o contábil, pois, como todo processo de gestão, precisará de planejamento das ações que serão desenvolvidas, como serão implantadas e quanto de recursos precisará ser apropriado, por exemplo.

Tinoco e Kraemer (2008, p.41) afirmam que podem ser seguidas algumas etapas sobre a forma de princípios: política do ambiente, planejamento, implantação, verificação e ações corretivas, revisão pela direção conforme descrito a seguir:

- a) Política do ambiente: é o primeiro passo onde a empresa elabora e define a política ambiental que a empresa vai seguir com as questões relativas ao meio ambiente;
- b) Planejamento: para se obter sucesso em qualquer medida aplicada em uma empresa um bom planejamento deve ser feito, nessa fase procura-se identificar os aspectos ambientais e como eles impactam o meio ambiente;
- c) Implementação: tudo que for decidido com relação ao SGA como, regras, responsabilidades e autoridades, devem ser documentadas e comunicadas a todos os envolvidos, para garantir sua aplicação.
- d) Verificação e ações corretivas: devem ser estabelecidos procedimentos de controle definidos pela organização para seus processos que impactam o meio ambiente, e todas as ações corretivas e preventivas devem ser documentadas e devem estar acessíveis para todos.
- e) Revisão pela direção: a direção avalia o SGA verificando se o processo é eficiente e adequado, podendo nessa revisão alterar a política do ambiente, os objetivos e procedimentos.

Deste modo, ficam evidentes cada tarefa ou função desempenhada por cada forma de princípio, bem como a sequência que precisa ser admitida por cada organização em busca de alcançar os benefícios e evitar qualquer prejuízo à imagem da empresa.

2.2.2 Normas e Legislações sobre Contabilidade Ambiental

A legislação ambiental brasileira tem criado e executado cada vez mais ações preventivas ao processo produtivo originado pelas empresas, possuindo um rigoroso controle sobre o cumprimento das normas vigentes e assim desenvolvendo diretrizes e iniciativas capazes de priorizar a preservação dos recursos naturais, ganhando condição essencial para uma gestão ambiental empresarial eficiente (WOLFF, 2009).

Segundo Silva (2016), as normas e leis que tratam e regem a gestão ambiental se tornam mais importantes quando se enxerga o tamanho da sua importância na elaboração dos planejamentos e suas influências sociais e ambientais.

A Lei 6.938 de 31 de agosto de 1981, responsável pela Política Nacional do Meio Ambiente, surgiu de modo a estabelecer o Sistema Nacional do Meio Ambiente, com o intuito de harmonizar o desenvolvimento econômico e social, preocupando-se sempre com preservação do meio ambiente e de seu equilíbrio ecológico (SILVA, 2016).

O objetivo central da Lei 9.938, conforme descrito em seu artigo 2º é: “a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana.”.

A ISO (Organização Internacional para Padronização) 14000 surgiu em 1992, definidas pela *International Organization for Standardization*, criando um conjunto de normas referentes ao SGA, que possibilitam as organizações pôr em prática políticas e metas sustentáveis ao meio ambiente.

Conforme cita Silva (2016), a ISO 14000 tem como principal finalidade o equilíbrio do meio ambiente quanto a sua proteção e o cuidado com o nível de poluição, de modo a preservar o meio ambiente, prestando sempre atenção às necessidades do meio social e econômico.

Um exemplo da ISO 14000 na prática é que quando as empresas usam os recursos naturais e geram poluição, utilizando-se das normas, a empresa conseguirá reduzir significativamente os danos causados ao meio ambiente.

Silva (2016, p. 14) acrescenta que essa norma oferece benefícios tais como:

Garantia de implementação política, onde força a organização a superar resistência, ligando a política ambiental a objetivos e metas reais; consistência mundial para competição internacional, onde a norma fornece

um funcionamento de gestão ambiental responsável e permite a identificação das empresas com parcerias e preocupações ambientais; satisfação dos clientes; custos reduzidos e melhoria da imagem pública.

O conjunto ISO 14000 (BRASIL, 1993) é formado pelas seguintes normas:

- ISO 14001: trata do Sistema de Gestão Ambiental (SGA).
- ISO 14004: trata do Sistema de Gestão Ambiental, sendo destinada ao uso interno da Empresa.
- ISO 14010: são normas sobre as Auditorias Ambientais. São elas que asseguram credibilidade a todo processo de certificação ambiental.
- ISO 14031: são normas sobre Desempenho Ambiental.
- ISO 14020: são normas sobre Rotulagem Ambiental.
- ISO 14040: são normas sobre a Análise do Ciclo de Vida.

Para obtenção da certificação ambiental, por exemplo, a empresa deve cumprir algumas exigências básicas previstas na norma. No caso da ISO 14001 (BRASIL, 1996), as exigências são: “ter implantado um Sistema de Gestão Ambiental, cumprir a legislação ambiental ao local da instalação, e assumir um compromisso com a melhoria contínua de seu desempenho ambiental”.

A sociedade brasileira, os órgãos ambientais e o Ministério Público ganharam um mecanismo de defesa que veio para controlar e punir quem causasse danos ao meio ambiente com a criação da Lei da Natureza (Lei Nº 9.605 de 13 de fevereiro de 1998).

A Lei 9.605/98, que “dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências”, classifica os crimes ambientais, conforme Brasil (2010), como:

- Crime contra fauna e flora: agressões contra animais silvestres e/ou danificação de espécies vegetais nativas;
- Construção próxima ou em áreas de preservação permanente: sem autorização ou contra a autorização dada;
- Crimes contra administração ambiental: falsificação ou omissão de dados para processos ambientais;
- Infrações administrativas: descumprimento de regras jurídicas do meio ambiente.

No Brasil, tanto o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) quanto o Instituto Brasileiro de Auditores Independentes (IBRACON) estabeleceram normas para a evidenciação das informações ambientais.

A NBC T 15 (Norma Brasileira de Contabilidade Técnica), aprovada pela Resolução CFC Nº 1.003/04, estipulou processos para evidenciar as informações de natureza social e ambiental, com o objetivo de esclarecer e mostrar a sociedade a participação e a responsabilidade social da entidade. Lima et al., (2012, p.45) descrevem que as Instituições de Natureza Social e Ambiental que devem ser divulgadas por parte da empresa, segundo a NBC T 15, são “geração e distribuição de riquezas; recursos humanos; interação da entidade com o ambiente externo; interação com o meio ambiente” (BRASIL, 2004).

A NPA 11 (Norma de Procedimento de Auditoria), instituída pelo IBRACON, visa participar de esforços contra a poluição e as agressões a Vida Humana e à Natureza, por meio da sua defesa e proteção. Seu principal aconselhamento é de que os valores resultantes de investimentos no meio ambiente sejam identificados de maneira mais direta tanto no ativo quanto no passivo ambiental, ou por meio de notas explicativas, tudo de maneira que possa demonstrar a verdadeira situação pela qual a empresa estará passando.

2.3 FORMAÇÃO EM CONTABILIDADE

O curso de Ciências Contábeis no Brasil tem apresentado, desde sua criação, através do Decreto Lei 7.988/1945, constantes mudanças. Carvalho (2012) acreditam que tal crescimento do curso ocorre pela necessidade de satisfazer as demandas existentes no mercado dos profissionais contábeis.

O ensino de Contabilidade no Brasil apresentou inicialmente como disciplinas específicas em sua grade curricular as de "Contabilidade Geral, Organização e Contabilidade Industrial e Agrícola, Organização e Contabilidade Bancária, Organização e Contabilidade de Seguros, Contabilidade Pública e Perícia Contábil" (PELEIAS et al., 2007). Posteriormente, com a Resolução nº 3/1992, as disciplinas passaram a ser divididas em três pontos: conhecimentos de formação geral e natureza humanística, conhecimentos de formação profissional e conhecimentos ou atividades de formação complementar.

Tal mudança, segundo Peleias et al., (2007), foi realizada com a intenção de apresentar seus currículos de modo que contribuíssem positivamente para o conhecimento teórico e prático, além do adequado exercício da profissão.

No ano de 2008, o CFC propôs o Currículo Nacional do curso de Ciências Contábeis, com uma segunda edição redigida pela Fundação Brasileira de Contabilidade (FBC), publicada no ano de 2009. Segundo Araújo e Leal (2015, p.4) o currículo “estabelece a proposta curricular para os projetos pedagógicos dos cursos de graduação em Ciências Contábeis, que devem adotar as diretrizes instituídas pela Resolução n.10, de 16 de dezembro de 2004, do Conselho Nacional de Educação (CNE)”, que condiciona a formação dos profissionais contábeis no Brasil.

A Resolução CNE/CES 10/2004, foi criada com o objetivo de designar as diretrizes curriculares nacionais do curso. De acordo com o seu conteúdo, o curso de graduação em Ciências Contábeis é responsável por oferecer condições para que o futuro contador tenha capacidade de:

- I - Compreender as questões científicas, técnicas, sociais, econômicas e financeiras, em âmbito nacional e internacional e nos diferentes modelos de organização;
- II - Apresentar pleno domínio das responsabilidades funcionais envolvendo apurações, auditorias, perícias, arbitragens, noções de atividades atuariais e de quantificações de informações financeiras, patrimoniais e governamentais, com a plena utilização de inovações tecnológicas;
- III - Revelar capacidade crítico-analítica de avaliação, quanto às implicações organizacionais com o advento da tecnologia da informação (BRASIL, 2004).

A resolução ainda acrescenta, no seu art. 5º, que o curso de bacharelado em Ciências Contábeis "deve contemplar conteúdos que revelem conhecimento do cenário econômico e financeiro, nacional e internacional, de forma a proporcionar a harmonização das normas e padrões internacionais de contabilidade [...]".

Um ponto importante para o ensino em Ciências Contábeis apresenta-se no Art. 8º da Resolução, onde demonstra a necessidade de integração do curso com outras disciplinas complementares. Quintal et al., (2013) interpretam tal artigo de modo que o profissional contábil do futuro não poderá limitar-se apenas a sua área atuante, e sim construir relacionamento com diversas áreas.

Internacionalmente, a UNCTAD (*United Nations Conference on Trade and Development*) e o ISAR (*International Standards of Accounting and Reporting*), ligados à ONU (Organização das Nações Unidas), elaboraram um programa que disponibiliza, mundialmente, uma proposta de currículo a qual deve-se remeter como

norte para todas as instituições de ensino de contabilidade na construção de suas grades curriculares.

A primeira edição do documento, (TD/B/COM.2/ISAR/5), foi divulgada em 1999, com o objetivo de regulamentação da qualificação dos contadores. Em 2003, o ISAR/UNCTAD formulou um novo documento, (TD/B/COM.2/ISAR/21), atualizando o anterior.

O *Revised Model Accounting Curriculum* - "Modelo revisado de plano de estudos de contabilidade", é exposto em quatro grandes blocos, de acordo com os conhecimentos necessários para um curso de contabilidade, especificando módulos para os estudos divididos em: Conhecimento Administrativo e Organizacional, Tecnologia de Informação, Conhecimento Contábeis, e Conhecimento Avançado em Contabilidade, conforme relatado por Araújo e Leal (2015).

Nesse sentido, é percebido, que os papéis dos currículos, nacionais e internacionais, quando compreendidos pelos cursos de Ciências Contábeis, e padronizados de forma adequada, trazem benefícios tanto para a qualidade do curso, quanto para uma melhor disponibilização de conteúdos para os alunos.

2.3.1 O Ensino da Contabilidade Ambiental

Quanto a Contabilidade Ambiental, a legislação educacional não determina, no Brasil, a obrigatoriedade desta disciplina na grade pedagógica das instituições de ensino. O Ministério da Educação na resolução n.º 2 de 15 junho de 2012, estabelece diretrizes curriculares para a educação ambiental no Brasil, em todos os níveis de ensino, buscando evidenciar questões ambientais na educação. Conforme seu Art. 2º:

[...] a Educação Ambiental é uma dimensão da educação, é atividade intencional da prática social, que deve imprimir ao desenvolvimento individual um caráter social em sua relação com a natureza e com os outros seres humanos, visando potencializar essa atividade humana com a finalidade de torná-la plena de prática social e de ética ambiental (BRASIL, 2012).

A Educação Ambiental tornou-se importante instrumento na vida do homem, de modo que se pense em crescimento econômico e desenvolvimento sustentável juntos, podendo observar benefícios a médio e longo prazo. Porém, para que seus ensinamentos sejam postos em prática, se faz necessário a implantação de políticas

públicas que tornem possível uma mudança significativa no pensar cultural de uma sociedade (SEIFFERT, 2009).

O tema ambiental, cada dia mais, carrega consigo a necessidade de ser incluído em todos os âmbitos da sociedade, inclusive na educação, de forma que deve ser inserido na matriz curricular em todos os seus níveis. Sendo assim, o ensino das Ciências Contábeis, para que seja considerado completo e de qualidade, também deve levar em consideração tal tema, de modo que é algo que já faz parte do interesse da sociedade.

Galvão e Tenorio (2009, p. 08) acrescentam que:

Com a inserção da consciência ambiental nos processos de gestão empresarial, a Contabilidade, que dentro seus objetivos, estão o de auxiliar as organizações na tomada de decisões, precisará, diante dessa nova realidade, evidenciar de que forma haverá a harmonização entre o crescimento e a preservação do meio ambiente.

A variável ambiental presente na matriz curricular do curso de Ciências Contábeis, tornará possível uma formação mais completa do contador, de modo que ele estará apto ao desenvolvimento de relatórios detalhados, de modo a satisfazer tanto seus clientes quanto a sociedade, que passará a ser informada corretamente sobre a conduta das entidades em relação ao meio ambiente (GALVÃO; TENORIO, 2009).

A Lei nº. 9394, de 20 de dezembro de 1996, das Diretrizes e Bases da Educação nacional, traz no seu art. 43:

A educação superior tem por finalidade:

- I - Estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- II - Formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;
- III - incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;
- IV - Promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
- V - Suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;

VI - Estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

VII - Promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

VIII - Atuar em favor da universalização e do aprimoramento da educação básica, mediante a formação e a capacitação de profissionais, a realização de pesquisas pedagógicas e o desenvolvimento de atividades de extensão que aproximem os dois níveis escolares (BRASIL, 1996).

No currículo mundial (CM), a disciplina da Contabilidade Ambiental aparece em alguns módulos através de tópicos como: passivos e ativos ambientais, custos e obrigações ambientais, auditoria ambiental e tópicos verdes.

Visto que a graduação deve estar pronta para atender as necessidades da sociedade de modo em geral, as Instituições de Ensino Superior que possuem o curso de Ciências Contábeis têm a função de fazer uma adequação das exigências dos meios econômico-sociais ao nível de ensino, de forma a possibilitar ao estudante um melhor conhecimento para atender às exigências cada vez mais complexas dos usuários da contabilidade (GALVÃO; TENORIO, 2009).

Calixto (2006) realizou um estudo no qual desejava saber qual o grau de inserção da disciplina contabilidade social e ambiental na matriz curricular dos cursos de graduação em Ciências Contábeis das universidades brasileiras, além da percepção dos coordenadores quanto à disciplina e possíveis dificuldades para a sua inclusão nos respectivos cursos. Os resultados indicaram que a disciplina é oferecida por um número reduzido de universidades, apesar de os coordenadores considerarem como importante para a formação dos alunos destas instituições.

Souza e Vanzo (2008) chegaram à conclusão de que muitas instituições de ensino superior ainda não oferecem a disciplina de contabilidade ambiental aos graduandos de Ciências Contábeis, apesar de serem cientes de que a preocupação com o meio ambiente esteja ocupando espaço significativo dentre as prioridades da sociedade atual.

Marques, Schultz e Hofer (2009) realizaram um estudo com o objetivo de identificar o nível de conhecimento dos alunos do Curso de Ciências Contábeis de duas instituições de ensino superior sobre os Conceitos de Contabilidade Ambiental e a evolução no conhecimento durante o curso, e chegaram à conclusão de que o desempenho dos alunos é baixo quando comparado ao desempenho necessário para

a aprovação em uma disciplina das instituições, mas à medida que se avança no curso, o número de respostas corretas sobre o assunto aumentou.

Varelo et al., (2011), analisaram a oferta da disciplina de Contabilidade Ambiental incluídas na matriz curricular dos cursos de Graduação em Ciências Contábeis no Brasil no ano de 2011, e observaram que a disponibilidade da disciplina nas Instituições de Ensino Superior do Brasil é baixa, presente em apenas 27% delas.

Pereira (2014), por sua vez, realizou uma pesquisa com o objetivo de identificar a percepção dos graduandos do curso de Ciências Contábeis de uma IES do Estado da Paraíba com relação à Contabilidade Ambiental, e apresentou, de forma positiva, a existência quanto a intenção de aprimorar os conhecimentos e conhecer mais sobre a importância que a mesma tem para o curso.

Conceição et al., (2014, p. 10), concluíram que “desconhecer assunto tão importante pode representar para o profissional de contabilidade a exclusão do processo de gestão ambiental das empresas, uma vez que a relevância das informações por ele geradas será medida pela utilidade destas aos gestores”.

No geral, mesmo sendo crescente a preocupação de todos com a mensuração e registro dos impactos ambientais resultantes das atividades das entidades, Quintal et al., (2013) acreditam que a Contabilidade Ambiental é ainda uma disciplina pouco ofertada nas Instituições de Ensino Superior.

3 METODOLOGIA

Segundo Marconi e Lakatos (2007, p. 56), metodologia nada mais é que “o conjunto de procedimentos aceitos e validados por determinada comunidade científica, que irá assegurar a qualidade e a fidedignidade do conhecimento gerado”.

O objetivo desta seção é descrever a metodologia utilizada para elaboração do estudo. A construção do tópico destina-se a explicar os passos que foram necessários para elaborar a pesquisa, como por exemplo, os conceitos de métodos e pesquisas, determinação da amostragem e o instrumento utilizado para coleta dos dados.

3.1 TIPOLOGIA DE PESQUISA

Quanto aos seus objetivos, o estudo enquadra-se como descritivo, pois pretende identificar e descrever o conhecimento dos graduandos do curso de Ciências Contábeis da UFPB acerca da Contabilidade Ambiental. Por pesquisa descritiva, conforme Gil (2002), entende-se a que tem objetivo principal de delinear as propriedades de certa população ou acontecimento.

Em relação aos procedimentos utilizados na coleta de dados, esta pesquisa é caracterizada como bibliográfica e de levantamento. Configura-se como uma pesquisa bibliográfica por ter parte de seu conteúdo realizado através de livros e artigos científicos capazes de basear os conceitos e as normas necessárias para a posterior compreensão dos resultados obtidos. Marconi e Lakatos (2007, p. 185) mencionam que “a pesquisa é bibliográfica desde que abranja toda bibliografia já exposta ao público com relação ao tema, seja ela livros ou relatórios de pesquisa”, por exemplo.

Ainda é uma pesquisa de levantamento, visto que, segundo Gil (2002), caracteriza-se pela abordagem de um grupo de pessoas que se deseja conhecer, sendo aplicado um método de maneira direta com a possibilidade de posterior análise quantitativa dos dados.

Trata-se de uma pesquisa, quanto ao método de abordagem do problema, quantitativa, onde segundo Beuren (2012), é caracterizada pelo fato de ter sido utilizados instrumentos estatísticos que contribuíram para formação de tabelas de forma a facilitar a disposição e o entendimento dos percentuais obtidos no estudo.

3.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo tem por finalidade, levantar informações quanto ao conhecimento dos graduandos do curso de Ciências Contábeis da UFPB acerca da Contabilidade Ambiental, uma vez que a disciplina do tema em questão era apresentada na grade curricular do curso, porém classificava-se como optativa. O aluno era passível da escolha de cursá-la ou não, ainda que o assunto seja de fundamental importância na formação e atuação de profissionais contábeis no mercado de trabalho.

Para o alcance dos objetivos da pesquisa, será utilizado um questionário como método de coleta de dados, aplicando-o com os estudantes de contabilidade da UFPB através de sua forma impressa.

O questionário, elaborado como base no que foi apresentado na revisão de literatura da presente pesquisa, contém 18 questões objetivas, dividindo-se em três partes: a primeira, tratando do perfil do respondente, com informações como sexo, faixa etária, período cursado e experiência profissional na área de Contabilidade; a segunda parte abordando sobre o tema principal do trabalho, o contato e conhecimento do graduando sobre a Contabilidade Ambiental; e por fim, não menos importante, 04 (quatro) questões dispostas em uma matriz, submetidas a uma escala *likert*, que identifica no respondente 05 (cinco) níveis de conhecimento sobre as normas e legislações que regem a Contabilidade Ambiental, conforme disposto a seguir: (0) Nenhum Conhecimento, (1) Conhecimento Insuficiente, (2) Conhecimento Suficiente, (3) Conhecimento Quase Total, (4) Conhecimento Total.

3.3 POPULAÇÃO E AMOSTRA

A população da pesquisa são os 540 estudantes do curso de Ciências Contábeis da UFPB, campus I, situado em João Pessoa. Destes, 162 fizeram parte da amostra da pesquisa, ao responderem o questionário apresentado.

4 RESULTADOS

Este capítulo objetiva descrever e analisar, com base nos dados coletados com a aplicação do questionário e análise desses resultados, o conhecimento dos alunos do curso de Ciências Contábeis da UFPB acerca da Contabilidade Ambiental, os seus conceitos básicos e as leis e normas que a rege, o seu perfil e a existência de algum contato com tema. Os dados serão apresentados em tabelas, de modo a juntar as questões e criar um conjunto de observações voltadas a uma ideia central.

4.1 PERFIL DOS RESPONDENTES

Para caracterização do perfil dos respondentes, foram elaboradas questões que identificassem gênero, faixa etária, período de graduação e experiência profissional na área de Contabilidade. Nesta etapa, os resultados obtidos estão presentes na Tabela 1:

Tabela 1 – Perfil dos Respondentes				
Aspectos	Classificação	Frequência	Percentual (%)	Total (%)
Gênero	Masculino	94	58	58
	Feminino	68	42	100
Faixa Etária	Entre 16 e 18 anos	16	9,88	9,88
	Entre 19 e 21 anos	58	35,80	45,68
	Entre 22 e 25 anos	55	33,95	79,63
	Mais de 26 anos	33	20,37	100
Período de Graduação	1º Período	59	36,42	36,42
	2º Período	6	3,70	40,12
	3º Período	4	2,47	42,59
	4º Período	11	6,79	49,38
	5º Período	8	4,94	54,32
	6º Período	10	6,17	60,49
	7º Período	10	6,17	66,66
	8º Período	34	21	87,66
	9º Período	6	3,70	91,36
	10º Período	14	8,64	100
Experiência Profissional	Sim	68	41,98	41,98
	Não	94	58,02	100

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Os resultados apontados na tabela 1 evidenciam que, com relação ao gênero, a maioria dos respondentes são do gênero masculino, representando aproximadamente 58% do total, indicando que o gênero feminino representa minoria quanto aos alunos matriculados no curso, o que pode ser justificado pela carência de mulheres no mercado de trabalho, conforme apresentado por Miranda (2016), onde se tratando de escritórios contábeis, o número de contadores do gênero feminino chega a aproximadamente 44% do total, segundo dados obtidos no portal do Conselho Federal de Contabilidade, no Estado da Paraíba.

Em relação à identificação da faixa etária dos graduandos do curso, percebe-se que maioria está concentrada entre 19 e 25 anos, por apresentarem, somadas, um total de 69,75%, o que pode ser atribuído ao fato dos jovens entrarem na construção da sua formação acadêmica cedo, não muito distante da conclusão do ensino médio.

Estes estudantes também foram questionados quanto ao período da graduação que está cursando. Identificou-se que 36,42% dos respondentes se encontram apenas no primeiro período, enquanto outros 63,58% são alunos dos períodos subsequentes, que variam do segundo ao décimo, no caso dos graduandos da noite. Do total de respostas, 94 destes profissionais afirmaram não possuir nenhuma experiência profissional na área de contabilidade, tendo que levar em consideração que boa parte dos respondentes são alunos ingressos à UFPB.

4.2 CONTATO DOS RESPONDENTES COM A CONTABILIDADE AMBIENTAL

Da amostra entrevistada, composta por 162 estudantes, buscou-se identificar se a disciplina de Contabilidade Ambiental já foi cursada. As respostas estão expostas na Tabela 2:

Tabela 2 – Contato com a disciplina de Contabilidade Ambiental

Cursou a disciplina de Contabilidade Ambiental?	Frequência	Percentual (%)	Total (%)
Sim	34	20,98	20,98
Não	128	79,01	100

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Foi possível identificar que, a maioria dos graduandos respondentes, não cursaram a disciplina em questão, com o percentual de 79,01%. Tal resultado pode ser justificado pelo fato de que, na antiga grade curricular do curso de Ciências

Contábeis (a nova grade começou a valer a partir do período 2016.2), a disciplina de Contabilidade Ambiental estava presente, mas os alunos tinham a liberdade de escolher se queriam ou não cursar, visto que a mesma possuía característica de optativa.

Aliando o fato de que até então a disciplina de Contabilidade Ambiental era optativa, e que boa parte dos respondentes do questionário são alunos ingressos no curso, ou seja, alunos que entraram recentemente na universidade, é possível justificar o porquê que 77,78% deles afirmaram nunca terem participado de atividades como eventos, palestras, seminários ou congressos sobre o tema. A Tabela 3 retrata esse cenário.

Tabela 3 – Contato com atividades extracurriculares sobre Contabilidade Ambiental

Participou de atividades extracurriculares sobre Contabilidade Ambiental?	Frequência	Percentual (%)	Total (%)
Já participei	36	22,22	22,22
Nunca participei	126	77,78	100

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Se o percentual foi alto quanto aos graduandos que nunca participaram de atividades extracurriculares sobre a Contabilidade Ambiental, era de se imaginar que a quantidade de alunos que não possuíram contato com materiais do assunto, seja por qualquer meio, também fosse significativo.

Tabela 4 – Contato com materiais sobre Contabilidade Ambiental

Teve contato com materiais sobre Contabilidade Ambiental? Se sim, como?	Frequência	Percentual (%)	Total (%)
Não	95	58,64	58,64
Sim, internet	37	22,84	81,48
Sim, revistas/jornais	6	3,70	85,18
Sim, colegas	4	2,47	87,65
Sim, outros	24	14,81	102,46

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Conforme apresentado na Tabela 4, mais da metade da amostra do estudo, precisamente 58,64%, afirmam não possuir nenhum contato com materiais sobre a Contabilidade Ambiental. Por outro lado, dentre os que afirmam ter algum contato, a maioria deles ocorrem por meio da internet, sendo representados por 22,84% dos

respondentes. Os que disseram ter contato por outros meios não citados no questionário, ocorreram por meio de materiais disponibilizados pelo professor da disciplina, por exemplo.

4.3 CONHECIMENTO DOS GRADUANDOS SOBRE CONTABILIDADE AMBIENTAL

Esta seção do questionário foi dividida em duas partes, onde a primeira trata da análise do conhecimento dos graduandos do curso de Ciências Contábeis da UFPB sobre conceitos de Contabilidade Ambiental, enquanto a segunda parte trata do conhecimento dos mesmos a respeito de algumas normas e leis que regem a Contabilidade Ambiental.

4.3.1 Conhecimento sobre Conceitos de Contabilidade Ambiental

Afirmativas sobre alguns conceitos importantes da Contabilidade Ambiental, de modo a verificar o conhecimento dos graduandos do curso sobre tais questões, foram apresentadas aos respondentes dos questionários. Foram elaboradas questões de múltiplas escolhas, onde cabia ao aluno responder se era verdadeira ou falsa, ou ainda, caso não soubesse e não quisesse arriscar sobre a resposta correta, a alternativa “não sei informar”.

Como mostra a Tabela 5, a primeira afirmativa exposta aos entrevistados foi: Gastos realizados para gerenciar os impactos das atividades da empresa nesse setor, de forma ambientalmente saudável, é classificado como Despesa Ambiental.

Tabela 5 – Despesa Ambiental

Variáveis	Percentual (%)
Verdadeiro	37,04
Falso	23,46
Não sei informar	39,5

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Dos 162 graduandos considerados na amostra da pesquisa, apenas 23,46% responderam corretamente, assinalando a opção “falso”.

Outra afirmativa exposta aos entrevistados foi: Existem 05 etapas sucessivas para implementação do Sistema de Gestão Ambiental: Política Ambiental da Organização; Planejamento; Implementação e Operação; Monitoramento e Ações Corretivas; e Revisão do Gerenciamento. Nesse caso, visto que a afirmativa era verdadeira, 38,89% dos alunos responderam de forma correta, conforme apresentado abaixo, na Tabela 6:

Tabela 6 – Sistema de Gestão Ambiental

Variáveis	Percentual (%)
Verdadeiro	38,89
Falso	4,94
Não sei informar	56,17

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Na Tabela 7, a afirmativa exposta tratou da ISO 14000, onde afirmou que a sua principal finalidade era o equilíbrio do meio ambiente quanto a sua proteção e o cuidado com o nível de poluição, de modo a preservar o meio ambiente, prestando sempre atenção as necessidades do meio social e econômico. De toda a amostra da pesquisa, 57,41% resolveram não opinar sobre a alternativa, e 37,65% responderam corretamente à questão, assinalando a alternativa “verdadeiro”.

Tabela 7 – ISO 14.000

Variáveis	Percentual (%)
Verdadeiro	37,65
Falso	4,94
Não sei informar	57,41

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

A questão que referente a diferença entre Despesas e Custos Ambientais, citando que a mesma pode ser identificada conforme o relacionamento dos gastos com as atividades ligadas ao meio ambiente da empresa, sendo elas o processo de produção e o de venda de produtos, foi respondida corretamente por 37,65% dos alunos consultados, que concordaram com a afirmação, conforme apresenta a Tabela 8:

Tabela 8 – Despesas e Custos Ambientais

Variáveis	Percentual (%)
Verdadeiro	37,65
Falso	10,50
Não sei informar	51,85

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

A afirmativa sobre o ativo ambiental foi formulada da seguinte forma: O Ativo Ambiental é subdividido em Ativo Circulante e Não Circulante, onde o primeiro refere-se aos estoques ambientais, estoques de materiais e produtos que tenham relação com a preservação do meio ambiente, e conseqüentemente, o segundo se refere aos que não possuem essa relação. Mesmo mais da metade dos respondentes optando por não responder ou arriscar a resposta, de acordo com a Tabela 9, 30,87% dos mesmos assinalaram a alternativa correta, “falso”, sobre o assunto.

Tabela 9 – Ativo Ambiental

Variáveis	Percentual (%)
Verdadeiro	12,96
Falso	30,87
Não sei informar	56,17

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

A Receita Ambiental é o resultado da venda de sobras do seu processo de produção, transformando-se em lucro para a empresa, graças a sua preocupação com o meio ambiente. Diante de tal afirmativa verdadeira exposta no questionário, 27,78% da amostra dos graduandos que se dispuseram a responde-lo, acertaram a resposta, conforme o apresentado na Tabela 10.

Tabela 10 – Receita Ambiental

Variáveis	Percentual (%)
Verdadeiro	27,78
Falso	17,9
Não sei informar	54,32

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Apresenta-se na Tabela 11, a escolha dos alunos consultados quando questionados sobre exemplos de passivos ambientais, por meio da seguinte afirmativa: Empréstimos de instituições financeiras para investimento na gestão ambiental, remuneração de mão de obra especializada em gestão ambiental,

indenizações ambientais e multas decorrentes a infração ambiental são exemplos de Passivo Ambiental. Em tal afirmativa, foi possível observar que 32,72% respondeu-a corretamente, de modo que a mesma é verdadeira.

Tabela 11 – Passivo Ambiental

Variáveis	Percentual (%)
Verdadeiro	32,72
Falso	16,05
Não sei informar	51,23

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Quanto aos resultados obtidos, destaca-se que em todas as afirmativas expostas, os maiores percentuais de respostas foram o de “não sei informar”, onde os alunos abdicavam de pensar sobre a resposta, seja pela falta de compreensão dada ao questionário, ou pelo simples fato de realmente não saberem sobre o assunto. É preciso levar em conta que, por serem questões elaboradas de forma objetiva, fechada e de múltipla escolha, existe essa possibilidade, que é justificada pelo fato de que, nas afirmativas, apenas em uma, a resposta “não sei informar” não passou de mais de 50%, mas ainda foi maioria.

4.3.2 Conhecimento sobre Normas e Legislações Ambientais

As questões apresentadas nessa seção do questionário foram dispostas em uma matriz, submetidas a uma escala *likert*, a qual identifica no respondente 05 (cinco) níveis de conhecimento sobre as normas e legislações que regem a Contabilidade Ambiental, conforme disposto a seguir:

- Nenhum Conhecimento (considero-me um graduando sem qualquer conhecimento sobre o assunto);
- Conhecimento Insuficiente (considero-me um graduando com conhecimento insatisfatório nesse assunto);
- Conhecimento Suficiente (considero-me um graduando com conhecimento suficiente nesse assunto);
- Conhecimento Quase Total (considero-me um graduando com conhecimento mais que suficiente nesse assunto, porém não no nível “especialista”);

- Conhecimento Total (considero-me um graduando com conhecimento “especialista” nesse assunto).

Quanto a Lei 9.605/98, conhecida como a Lei de Crimes Ambientais, como mostra a Tabela 12, apresentou-se um resultado de que a maioria dos graduandos do curso de Ciências Contábeis da UFPB não possuem nenhum conhecimento sobre o assunto, ainda que 30% dos mesmos acreditem que possuem algum conhecimento, por mais que seja insuficiente.

Tabela 12 – Lei 9.605/98

Variáveis	Percentual (%)
NC	61,11
CI	30,25
CS	6,17
CQT	2,47
CT	-

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

O conhecimento dos graduandos quanto a NBC T 15, responsável por estipular processos para evidenciar as informações de natureza social e ambiental, apareceu em minoria, como mostra a Tabela 13, onde mesmo que alguns respondentes possuam conhecimento insuficiente, suficiente e até total sobre o assunto em questão, aproximadamente 77% afirmam não ter nenhum conhecimento.

Tabela 13 – NBC T 15

Variáveis	Percentual (%)
NC	77,16
CI	20,38
CS	1,23
CQT	-
CT	1,23

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

O processo de implementação da norma ISO 14.000 (norma de certificação ambiental) é algo que, entre os alunos que responderam o questionário, não se possui conhecimento total, nem tão pouco quase total. Como mostra a Tabela 14, 59,88%, ou seja, a maioria, acreditam não possuir nenhum conhecimento referente ao assunto,

e os que dizem possuir algum conhecimento, de modo que conhecem pouco ou o suficiente, representam o restante dos consultados.

Tabela 14 – ISO 14.000

Variáveis	Percentual (%)
NC	59,88
CI	27,77
CS	12,35
CQT	-
CT	-

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Por último, não menos importante, a Lei 6.938/81, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, como mostra a Tabela 15 abaixo, apresentou respostas divididas.

Tabela 15 – Lei 6.938/81

Variáveis	Percentual (%)
NC	58,02
CI	30,87
CS	4,94
CQT	3,70
CT	2,47

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

É possível identificar, com os percentuais dos conhecimentos expostos sobre a Lei 6.938/81, uma forma de demonstrar que o curso de contabilidade tem a participação de estudantes que apresentam conhecimento, ainda que em minoria, total ou quase total sobre ela. A maioria deles afirmam que não possuem nenhum conhecimento diante do tema, sendo 58% da amostra final.

4.4 RELAÇÃO ENTRE OS DADOS

Considerando a necessidade do ensino sobre Contabilidade Ambiental ao longo da graduação dos alunos do curso de Ciências Contábeis, devido às exigências com relação as informações fornecidas pelos profissionais contábeis aos membros interessados da sociedade, buscou-se identificar a relação entre o período cursado

pelo graduando e o nível de acerto do mesmo sobre as afirmativas expostas, a fim de identificar se o tempo de graduação interfere no nível de conhecimento sobre o conteúdo da Contabilidade Ambiental. A Tabela 16 expõe essas informações.

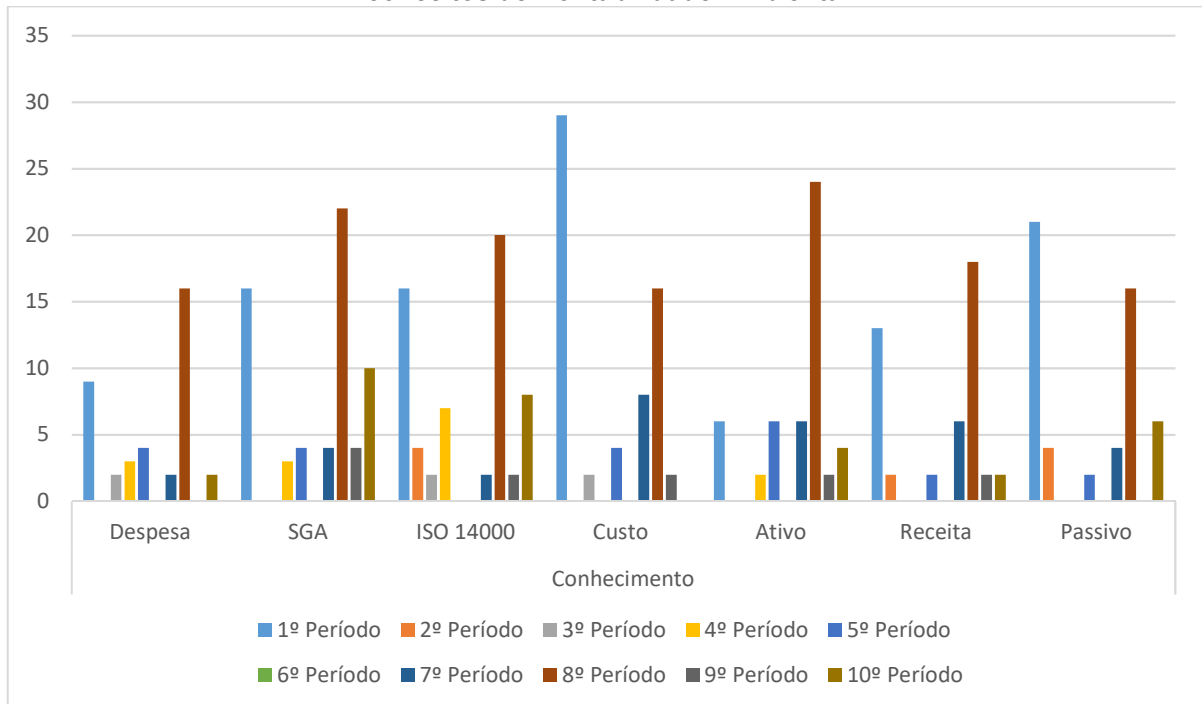
Tabela 16 – Relação entre o período cursado e o conhecimento dos graduandos quanto aos conceitos de Contabilidade Ambiental

Período	Conhecimento						
	Despesa	SGA	ISO 14000	Custo	Ativo	Receita	Passivo
1º Período	9	16	16	29	6	13	21
2º Período	-	-	4	-	-	2	4
3º Período	2	-	2	2	-	-	-
4º Período	3	3	7	-	2	-	-
5º Período	4	4	-	4	6	2	2
6º Período	-	-	-	-	-	-	-
7º Período	2	4	2	8	6	6	4
8º Período	16	22	20	16	24	18	16
9º Período	-	4	2	2	2	2	-
10º Período	2	10	8	-	4	2	6
Total de acertos	38	63	61	61	50	45	53

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Verificou-se assim, que, diante dos alunos respondentes do questionário, excluindo os que optaram por não saber informar a resposta, os graduandos do primeiro e oitavo período representaram maior parte dos que responderam corretamente as afirmativas.

Gráfico 01 – Relação entre o período cursado e o conhecimento dos graduandos quanto aos conceitos de Contabilidade Ambiental



Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Pode-se chegar à conclusão de que, com as informações expostas no Gráfico 01, independentemente de ser aluno ingressante ou concluinte do curso de Ciências Contábeis da UFPB, campus I (visto que no período diurno do curso, os integrantes do 8º período são concluintes), o conhecimento sobre conceitos da Contabilidade Ambiental não depende, exclusivamente, do período cursado, embora os formandos tenham maior facilidade de acertar a resposta, de forma que a probabilidade dos mesmos já terem algum contato com materiais, e inclusive com a disciplina de Contabilidade Ambiental, seja maior.

Por outro lado, é necessário levar em consideração o modelo do questionário elaborado, com questões objetivas, de apenas assinalar, o que contribui, para que os respondentes do mesmo não consigam demonstrar, em alguns casos, o seu real conhecimento sobre o assunto.

Da amostra total de respondentes do questionário, 34 (trinta e quatro) dos alunos de Ciências Contábeis já cursaram a disciplina de Contabilidade Ambiental, confirmando o que foi demonstrado anteriormente na Tabela 2.

Todavia, apresentados à pergunta de que já haviam tido participado de alguma atividade extracurricular sobre o assunto do estudo, 36 (trinta e seis) deles responderam de forma positiva.

Quanto ao contato com o assunto por meio de materiais, expostos tanto em revistas/jornais, internet, por meio de colegas, ou outros meios, como por exemplo, conforme citados pelos próprios alunos, materiais disponibilizados pelo professor da disciplina, 67 deles afirmaram que esse contato já existiu.

Nesse sentido, quanto ao contato dos graduandos do curso de Ciências Contábeis que se disponibilizaram a responder os questionários, sem levar em consideração os que optaram por não opinar sobre o assunto, buscou-se verificar a existência da relação do nível de conhecimento do assunto com a presença em eventos, contato com materiais, e até mesmo com a disciplina de Contabilidade Ambiental. Os resultados foram apresentados abaixo na Tabela 17.

Tabela 17 – Relação entre o contato com materiais e o conhecimento dos graduandos quanto aos conceitos de Contabilidade Ambiental

Contato	Conhecimento						
	Despesa	SGA	ISO	Custo	Ativo	Receita	Passivo
			14000				
Disciplina	18	26	22	12	22	18	17
Eventos	13	23	25	6	14	7	12
Materiais	29	43	40	24	32	24	22
Total	60	92	87	42	68	49	51

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

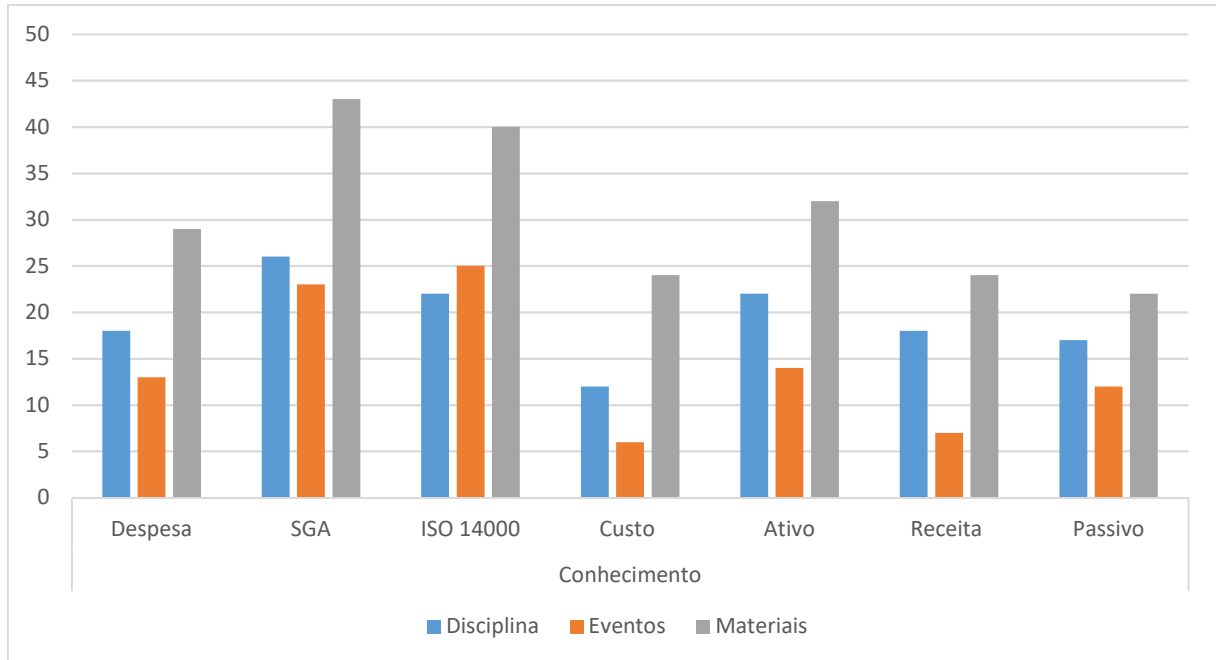
O Gráfico 02 nos permite analisar, juntamente com as informações da tabela 20, os detalhes do conhecimento dos graduandos sobre os conceitos básicos de Contabilidade Ambiental, relacionando-os com a existência de contato dos mesmos com atividades curriculares e extracurriculares sobre o assunto.

A quantidade de respostas corretas retrata que, se existe disponibilidade da disciplina durante a graduação, aliado, principalmente, ao interesse dos alunos em procurar conhecer ainda mais a Contabilidade Ambiental, seja por atividades, materiais extracurriculares, facilitam o julgamento de afirmativas, como as que foram expostas.

Pensando no futuro profissional dos estudantes, o interesse em possuir algum contato com assuntos que fazem relação com as necessidades expostas na sociedade, como o caso da contribuição que a Contabilidade pode fornecer para uma melhor preservação do meio ambiente, por exemplo, acaba contribuindo para uma

formação mais completa, de modo que sejam profissionais cada vez mais aptos a atender as exigências do mercado de trabalho.

Gráfico 02 – Relação entre o contato com materiais e o conhecimento dos graduandos quanto aos conceitos de Contabilidade Ambiental



Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Sobre os conhecimentos dos graduandos quanto aos conceitos básicos da Contabilidade Ambiental e as legislações e normas que a regem, buscou-se identificar uma relação entre eles, e os dados obtidos foram detalhados abaixo, na Tabela 18:

Tabela 18 – Relação entre o conhecimento dos conceitos, leis e normas da Contabilidade Ambiental

Legislações e Normas	Conhecimento						
	Despesa	SGA	ISO 14000	Custo	Ativo	Receita	Passivo
Lei 9.605/98	19	25	29	24	22	24	24
NBC T 15	15	19	23	16	14	16	18
ISO 14.000	29	45	47	24	38	28	32
Lei 6.938/98	24	29	31	29	26	31	25
Total	87	118	120	93	100	99	99

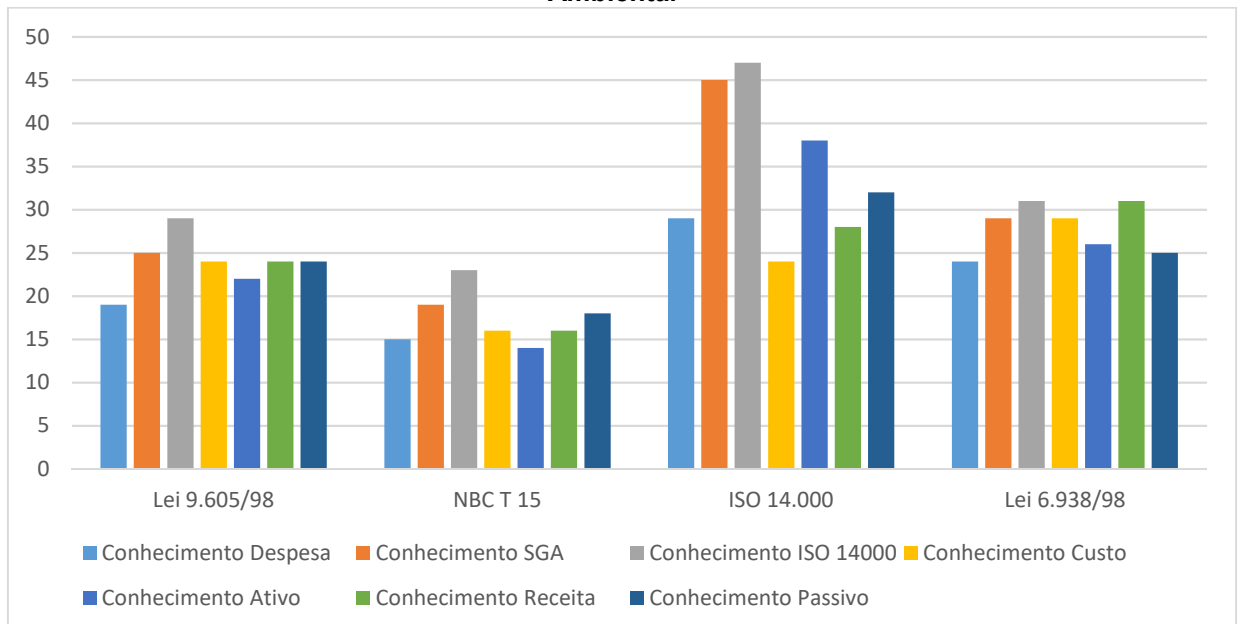
Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Como já apresentado nos resultados dessa pesquisa, o número de alunos que afirmam ter algum conhecimento, seja ele insuficiente ou total, sobre as legislações e

normas que regem a Contabilidade Ambiental são: Quanto a lei 9.605/98, 63 (sessenta e três) dos respondentes acreditam conhecê-la; a NBC T 15 é conhecida por 37 dos alunos; a ISO 14.000 por 65, e a Lei 6.938/98 por 67 alunos da amostra total do estudo.

Com relação as respostas retiradas dos questionários, os alunos que afirmaram ter algum conhecimento, ainda que mínimo, sobre algumas da leis e normas que regem o meio ambiente e contribuem para a contabilidade de atividades e ações que o incluem, também possuem conhecimento quanto aos conceitos que compõem a Contabilidade Ambiental.

Gráfico 03 – Relação entre o conhecimento dos conceitos, leis e normas da Contabilidade Ambiental



Fonte: Dados da pesquisa (2017).

As normas e leis que tratam e regem a gestão ambiental se tornam mais importantes, segundo Silva (2016), quando se enxerga o tamanho da sua importância na elaboração dos planejamentos e suas influências sociais e ambientais. Aliar o conhecimento dos conceitos básicos que estruturam a Contabilidade Ambiental aos instrumentos legais que regem tal assunto, contribui de forma positiva no crescimento do profissional contábil do futuro.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo foi motivado pelo desejo em abordar o conhecimento dos alunos do curso de Ciências Contábeis da UFPB à respeito da Contabilidade Ambiental. Buscou-se verificar o perfil dos 162 respondentes dos questionários, além de analisar a existência de contato dos graduandos com a disciplina de Contabilidade Ambiental e se, durante o curso, o conhecimento se difere entre os alunos.

Em relação ao perfil do respondente, 58% trata-se de graduandos do gênero masculino, e 42% do gênero feminino, apresentando, em sua maioria, faixa etária variadas entre 19 e 25 anos, constituintes por um total de 69,75% da amostra, onde 58% deles ainda não possuem experiência profissional na área de Contabilidade.

No geral, identificou-se que parte dos alunos ainda não tiveram contato com a disciplina em questão, sendo estes aproximadamente 20% da amostra, ressaltando que a disciplina de Contabilidade Ambiental não era componente obrigatório da grade curricular do curso, até o período 2016.2. Embora ainda não tenham cursado, 41% deles já buscaram contato por meio de revistas/jornais, internet e colegas, e 22% já participaram de atividades extracurriculares sobre o assunto, ficando evidente que alguns graduandos do curso conseguem enxergar necessidade da relação da contabilidade e o meio ambiente como algo presente na sociedade, e exigido pela mesma, sendo assim, fundamental para formação da sua carreira profissional.

Quanto à análise da evolução do conhecimento durante o curso, a alternativa de não saber informar a resposta correta das afirmativas, expostas na parte II do questionário, foi a mais escolhida. Nas análises das respostas assertivas, em todas as 7 questões, percentuais 57% e 39% (o maior e menor observado), representam as escolhas dos alunos, enfatizando a falta de conhecimento dos mesmos quanto aos assuntos apresentados, tratando dos principais conceitos que compõem a estrutura da Contabilidade Ambiental.

Ainda assim, é possível assegurar que o estágio em que se encontra a graduação do aluno, ou seja, o período cursado, não interfere tanto no seu nível de conhecimento quanto ao assunto, visto que a quantidade de questões acertadas no grupo de alunos do primeiro e do oitavo período (considerando que este seja o período dos formandos no turno da manhã), por exemplo, são equiparadas. Contudo, vale salientar que a maioria dos alunos do oitavo período afirmaram que já cursaram a disciplina de Contabilidade Ambiental.

Dentre outros possíveis fatores que possam justificar o pouco conhecimento, ou até mesmo a falta dele, no caso do presente estudo, a forma de elaboração do questionário, com a disposição de questões de múltiplas escolhas, pode induzir aos respondentes que o respondam de maneira desatenta, pelo simples fato de terem que responder.

Na análise dos acertos dos alunos que tiveram contato com materiais relacionados à Contabilidade Ambiental, a quantidade de acertos foi bem significativa, sendo estes independentes ao contato ou não com a matéria através da grade curricular. Desta forma, ter contato com materiais relacionados apresentou boa influência sobre as respostas. No geral, a quantidade de respostas de maneira correta retrata que, se existe disponibilidade da disciplina durante a graduação, aliado, principalmente, com o interesse dos alunos em procurar conhecer algo a mais referente a Contabilidade Ambiental, seja por atividades ou materiais extracurriculares, facilitam o julgamento de afirmativas.

De acordo com os dados da pesquisa, ainda foi possível identificar que, em meio aos graduandos que responderam de forma correta as afirmativas relacionadas aos conceitos que estruturam o conteúdo da Contabilidade Ambiental, menos da metade deles afirmaram ter algum conhecimento sobre as legislações e normas que as regem. Os alunos que afirmaram ter algum conhecimento, ainda que mínimo, sobre leis e normas que contribuem para a contabilidade de atividades e ações relacionadas ao meio ambiente, reconhecem a necessidade de ligação entre os conteúdos da formação acadêmica e os assuntos vigentes diante a sociedade.

Nesse sentido, fica evidente a real importância de meios que incentivem os alunos a buscarem mais conhecimentos acerca do assunto, ou seja, ainda que os alunos busquem meios de informações a respeito da temática, é indispensável a existência de grades curriculares que os auxiliem, e os conduzam a um maior detalhamento e aprendizagem sobre o conhecimento e compreensão dessa matéria.

5.1 LIMITAÇÃO DA PESQUISA

Quanto aos fatores limitantes da pesquisa, pode ser citada sua amostra, que foi composta por apenas 30% do total de alunos matriculados no curso de Ciências Contábeis da UFPB, campus I, localizada na cidade de João Pessoa, o que não possibilita apresentar a percepção total dos estudantes a respeito do tema proposto.

5.2 RECOMENDAÇÕES FUTURAS

Devido a fatores que limitaram a pesquisa, recomenda-se que a pesquisa seja ampliada quanto à sua amostra, e direcionada a um grupo de alunos que já tenham concluído a nova grade curricular do curso, que passou a valer a partir do período 2016.2, a qual apresenta como disciplina obrigatória a Contabilidade Ambiental, de maneira que seja mais explícito o entendimento dos alunos que já cursaram a disciplina e a identificação das reais dificuldades acerca da assimilação do conteúdo.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Tamires Sousa; LEAL, Edvalda Araújo. **ENSINO DA CONTABILIDADE AMBIENTAL: uma análise comparativa do Currículo Mundial proposto pela ONU/UNCTAD/ISAR e currículos propostos pelas instituições públicas da região sudeste**. 2015. Disponível em:

<http://www.cont.facic.ufu.br/sites/cont.facic.ufu.br/files/5-2901-2901_ensino_de_contabilidade_ambiental.pdf>. Acesso em: 23 de maio. 2017.

BEUREN, Ilse Maria. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

BRAGA, Célia et al., **Contabilidade Ambiental: ferramenta para gestão da sustentabilidade**. São Paulo: Atlas, 2007.

BRASIL. **Lei n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 04 de mar. 2017.

BRASIL. **Lei n. 9.605 de 12 de fevereiro de 1998**. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. Disponível em: <

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9605.htm>. Acesso em: 04 de mar. 2017.

BRASIL. **Lei n. 6.938 de 31 de agosto de 1981**. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6938compilada.htm>. Acesso em: 14 de fev. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CES 10/2014. **Diretrizes curriculares nacionais para o curso de graduação em ciências contábeis, bacharelado, e dá outras providências**. Brasília: CNE/CES, 2004. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces10_04.pdf>. Acesso em: 22 de fev. 2017.

CALIXTO, Laura: O Ensino da Contabilidade Ambiental nas Universidades Brasileiras: Um Estudo Exploratório. **Revista Universo Contábil**. 2006. Disponível em: <<http://proxy.furb.br/ojs/index.php/universocontabil/article/view/131/90>>. Acesso em: 26 de fev. 2017.

CARVALHO, Gardênia Maria Braga de. **Contabilidade ambiental: teoria e prática**. 2 ed. Curitiba: Juruá Editora, 2012. 218 p.

CARVALHO, José Ribamar Marques de. et al., Uma Análise do Interesse dos Estudantes de Ciências Contábeis pela Área de Contabilidade Ambiental. **Revista Ambiente Contábil**. 2010. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/ambiente/article/viewFile/1332/1040>>. Acesso em: 16 de mar. 2017.

CONCEIÇÃO, Mirian Gomes. et al. **Comparação do nível de conhecimento sobre contabilidade social e ambiental dos estudantes ingressos e formandos do curso de ciências contábeis da Universidade Federal Da Bahia**. 2014. Disponível em: <<http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-08/index.php/GECONT/article/viewFile/2287/1992>>. Acesso em: 24 de fev. 2017.

COSTA, Carlos Andrade. **Contabilidade ambiental mensuração, evidenciação e transparência**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

FERREIRA, Aracéli Cristina de Sousa. **Contabilidade Ambiental: Uma informação para o Desenvolvimento Sustentável**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

FREITAG, Viviane da Costa. et al., **Aplicabilidade da contabilidade ambiental nas indústrias química farmacêuticas do estado do Paraná** Disponível em: <<http://www.relise.eco.br/index.php/relise/article/view/7/5>> Acesso em: 01 de maio 2017.

GALVÃO, Cícero Carlos Alves; TENORIO, José Nelson Barbosa. **Um estudo sobre o ensino da Contabilidade Ambiental nos Cursos de Graduação em Ciências Contábeis**. 2009. Disponível em: <<https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/viewFile/1120/1120>> Acesso em: 10 de mar. 2017.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

IBRACON. Normas e procedimentos de auditoria. **NPA 11 – Balanço e Ecologia**. 1996. Disponível em: <www.ibracon.com.br/publicacoes/resultado.asp?identificador=223>. Acesso em: 20 de abr. 2017.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos. **Introdução à teoria da Contabilidade para o nível de graduação**. 4. ed. São Paulo; Atlas, 2008.

ISO 14000. Disponível em: <<http://www.sfiec.org.br/iel/bolsaderesiduos/Artigos/ISO%2014000.pdf>>. Acesso em: 04 de abr. 2017.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos da metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

LIMA, Karla Priscilla Sales de. CUNHA, Darliane Ribeiro. MOREIRA, Francisco Gilvan lima. PORTE, Marcelo de Santana. Contabilidade Ambiental: um estudo sobre evidenciação das informações ambientais nas demonstrações contábeis das grandes empresas brasileiras. **Revista Eletrônica de Administração (online)**, v. 11, n.1, edição 20, jan-jun. 2012. Disponível em: <http://amcc-ma.com.br/publicacoes/francisco_gilvan/01.pdf>. Acesso em: 12 de mar. 2017.

MACIEL, Morgana. **Contabilidade Ambiental**: estudo sobre a aplicação da contabilidade ambiental nas empresas de beneficiamento de arroz nos municípios da AMESC. 2014. Disponível em: <<http://repositorio.unesc.net/bitstream/1/2696/1/Morgana%20Maciel.pdf>> Acesso em: 14 de abr. 2017.

MARTENDAL, Alair et al. **Contabilidade Ambiental**: Nível de conhecimento dos profissionais contábeis da grande Florianópolis. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Ciências Contábeis) - Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: <<http://tcc.bu.ufsc.br/Contabeis295837>>. Acesso em: 17 de fev. 2017.

MARQUES, T. O.; SCHULTZ, C. A.; HOFER, E. Contabilidade Ambiental: uma análise do conhecimento dos alunos de dois cursos de Ciências Contábeis. **Revista Ciências Sociais em Perspectiva**, v. 11, n. 20, p. 1-23, 2012. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/ccsaemperspectiva/article/view/6140/5271>>. Acesso em: 5 de abr. 2017.

MIRANDA, Thais Souza. **A formação de preço dos serviços nos escritórios contábeis no município de João Pessoa – PB**. Monografia. Universidade Federal da Paraíba. 2016. 53 p.

KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. **A contabilidade do meio ambiente impactando o sistema de gestão ambiental**. Vale do Itajaí, 2002.

ORSO, Tatiane Mileidi. **Análise do nível de conhecimento sobre contabilidade ambiental dos contabilistas de Teutônia**. 2015. Disponível em: <<https://www.univates.br/bdu/bitstream/10737/829/1/2015TatianeMileidiOrso.pdf>>. Acesso em: 15 de mar. 2017.

PADOVEZE, Clóvis Luís.. **Manual de Contabilidade Básica: Contabilidade introdutória e intermediária**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

PAIVA, Paulo Roberto. de. **Contabilidade Ambiental: evidenciação dos gastos ambientais com transparência e focada na preservação**. São Paulo: Atlas, 2009.

PELEIAS, I. R. (Org.). **Didática do Ensino da Contabilidade: aplicável a outros cursos superiores**. São Paulo: Saraiva, 2007.

PEREIRA, Cláudia Viviane; COUTO, Jorge Gomes.; GALVÃO Henrique Martins. Balanço Ambiental: ferramenta de crescimento sustentável. **Revista de administração da Fatea**, v. 2, n. 2, p. 47-60, jan./dez.,2009. Disponível em: <<http://www.fatea.br/seer/index.php/raf/article/viewFile/217/174>>. Acesso em: 30 Abr. 2017.

PEREIRA, Vanessa Gregório. **Contabilidade Ambiental: Um estudo exploratório sobre os conhecimentos dos futuros contadores de uma instituição pública de ensino superior do estado da paraíba**. Monografia. Universidade Estadual da Paraíba. 2014. 63 p. Disponível em: < <http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/handle/123456789/10486>>. Acesso em: 22 de mar. 2017.

QUINTAL, Renato Santiago et al. A inserção da Contabilidade Ambiental, no contexto universitário brasileiro de ciência, tecnologia e inovação. **Revista em Agronegócios e Meio Ambiente**, v. 6, n. 3, p. 533-551, set./dez. 2013. Disponível em: < <http://periodicos.unicesumar.edu.br/index.php/rama/article/view/2589/2041>>. Acesso em: 03 de mar. 2017.

RIBEIRO, Maísa de Souza. **Contabilidade Ambiental**. São Paulo: Saraiva, 2010.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

SAMPAIO, Márcio Santos. **Percepções dos Discentes do Curso de Ciências Contábeis diante das Questões Socioambientais: Um Estudo nas IES de Salvador – Bahia**. Dissertação. Universidade Federal da Bahia. 2011. 138 p.

Disponível em: <

<http://www.repositorio.ufba.br:8080/ri/bitstream/ri/7436/1/Disserta%25C3%25A7%25C3%25A3o%2520M%25C3%25A1rcio%2520Sampaio.pdf>>. Acesso em: 20 de abr. 2017.

SANTOS, Luiz Paulo Roberto dos; SOUZA, Leonice Damando de. **Contabilidade Ambiental: uma contribuição da ciência contábil à sustentabilidade da gestão ambiental**. 2014. Disponível em:

<<http://www.aems.edu.br/conexao/edicaoanterior/Sumario/2014/downloads/2014/Contabilidade%20Ambiental%20Uma%20Contribui%C3%A7%C3%A3o%20Da%20Ci%C3%Aancia%20Cont%C3%A1bil%20%20C3%80%20Sustentabilidade%20Da%20Gest%C3%A3o%20Ambiental.pdf>> Acesso em: 10 de mar. 2017.

SEIFFERT, M. E. B. ISO 14001: **Sistemas de gestão ambiental: implantação objetiva e econômica**. São Paulo: Atlas, 2009.

SILVA, Izabel Cristina Correa da et al. Contabilidade Ambiental: uma análise de sua aplicabilidade nas grandes empresas do Estado do Pará. **Amazônia em Foco**.

Revista Acadêmica e Científica da FCAT. 2013. Disponível em:

<revista.fcat.edu.br/index.php/racfcats/article/download/135/101>. Acesso em: 17 de fev. 2017.

SILVA, Elizandra dos Santos. **Análise sobre o nível de conhecimento dos contadores de Campina Grande – PB acerca da Contabilidade Ambiental**.

Monografia. Universidade Estadual da Paraíba. 2016. 23 p. Disponível em:

<<http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/handle/123456789/11850>>. Acesso em: 7 de abr. 2017.

SIMONETTI, Mariana Freitas; MIRANDA, Carla Cristina Ferreira de. As vantagens da contabilidade ambiental em uma organização. 2011. In: **XIII Encontro Latino Americano de Iniciação Científica e IX Encontro Latino Americano de Pós-Graduação – Universidade do Vale do Paraíba**. Disponível em:

<http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2009/anais/arquivos/0181_1257_01.pdf>. Acesso em: 15 de abr. 2017.

SOUZA, Leticia Sumire Kobayashi; MIRANDA, Carla Cristina Ferreira. A importância da Contabilidade Ambiental nas organizações. 2011. In: **XV Encontro Latino Americano de Iniciação Científica e XI Encontro Latino Americano de Pós-Graduação – Universidade do Vale do Paraíba**. Disponível em:

<http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2011/anais/arquivos/RE_0375_0486_01.pdf>. Acesso em: 10 de mar. 2017.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio.; KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. **Contabilidade e Gestão Ambiental**. São Paulo: Atlas, 2004.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio.; KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. **Contabilidade e Gestão Ambiental**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT – UNCTAD. **Revised model accounting curriculum** (CM). TD/B/COM.2/ISAR/21 (2003). Disponível em: <<http://www.unctad.org>.> Acesso em: 16 de abr. 2017.

VANZO, Geni Francisca dos Santos; SOUZA, Valquíria Pinheiro. Um estudo sobre a influência da disciplina contabilidade Social ou Ambiental na formação profissional e social dos futuros contadores, de acordo com a percepção dos graduandos dos cursos de Ciências Contábeis. In, **CONGRESSO BRASILEIRO DE CONTABILIDADE**, 18, 2008, Gramado. Anais... Gramado, 2008. Disponível em: <http://www.congressocfc.org.br/hotsite/trabalhos_1/544.pdf > Acesso em: 07 de mar. 2017.

VARELO, Elaine Machado et al. Ensino da Contabilidade Ambiental nas instituições de Ensino Superior Brasileiras. In: **CONFERENCE SOUTH AMERICA**, 2., 2011, Ribeirão Preto. Anais... Ribeirão Preto: CSEAR, 2011. Disponível em: <<http://website.acep.org.br/2011/wp-content/uploads/2014/11/ARTIGO-211.pdf>>. Acesso em: 10 de mar. 2017.

VERONEZE, Mikael Vieira. Percepção dos profissionais contábeis sobre a importância da Contabilidade Ambiental. **Revista UNEMAT de Contabilidade**. 2016. Disponível em: <<http://periodicos.unemat.br/index.php/ruc/article/view/1338/1571>>. Acesso em: 15 de abr. 2017.

VISENTIN, Jonas Bonfante. **Contabilidade Ambiental: Um estudo sobre seu conhecimento nas empresas beneficiadoras de arroz dos municípios da AMESC**. 2010. Disponível em: <<http://www.bib.unesc.net/biblioteca/sumario/000044/0000443B.pdf>> Acesso em: 10 de mar. 2017.

WOLFF, Simone. **Subsídios ao IV Relatório Nacional para a Convenção sobre Diversidade Biológica - CDB: Diagnóstico sobre a Legislação Ambiental Brasileira**. 2009. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/sbf_chm_rbbio/_arquivos/legistacao_4_relatorio_cdb.pdf>. Acesso em: 16 de abr. 2017.

ZANLUCA, Júlio César. **O que é contabilidade ambiental.** Disponível em:
<<http://www.portaldecontabilidade.com.br/tematicas/contabilidadeambiental.htm>>.
Acesso em: 14 de abr. 2017

APÊNDICE

FORMULÁRIO DE PESQUISA

TEMA DA PESQUISA: Análise do nível de conhecimento dos graduandos do curso de Ciências Contábeis da UFPB a respeito da Contabilidade Ambiental.

Venho através deste solicitar a vossa colaboração, respondendo o formulário abaixo, que tem por objetivo, **verificar o conhecimento dos graduandos do curso de Ciências Contábeis da UFPB com relação à Contabilidade Ambiental.**

Asseguramos que a identificação dos respondentes será mantida em sigilo.

Graduanda: Maria Carolina Firmo Pereira
E-mail: caarolinafp@hotmail.com

PARTE I – PERFIL DO ESTUDANTE

1. Sexo:

Feminino Masculino

2. Faixa etária:

Entre 16 e 18 anos Entre 19 e 21 anos Entre 22 e 25 anos Acima de 26 anos

3. Qual o período está cursando? _____

4. Já teve experiência profissional na área de Contabilidade?

Sim Não.

PARTE II – CONTATO E CONHECIMENTO SOBRE CONTABILIDADE AMBIENTAL.

5. Já cursou a disciplina de Contabilidade Ambiental?

Sim Não.

6. Participou de eventos, palestras, seminários ou congresso de contabilidade ambiental?

Já participei. Nunca participei.

7. Teve contato com materiais de contabilidade ambiental? Se sim, como manteve esse contato? Pode marcar mais de uma opção.

Não Sim, internet Sim, revistas e/ou jornais Sim, colegas Outros.

De acordo com o seu conhecimento, responda:

8. Gastos realizados para gerenciar os impactos das atividades da empresa nesse setor, de forma ambientalmente saudável, é classificado como DESPESA AMBIENTAL?

Verdadeiro Falso Não sei informar

9. Existem 5 etapas sucessivas para implementação do SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL: Política Ambiental da Organização; Planejamento; Implementação e Operação; Monitoramento e Ações Corretivas; e Revisão do Gerenciamento.

Verdadeiro Falso Não sei informar

10. O ISO 14.000 tem como principal finalidade o equilíbrio do meio ambiente quanto a sua proteção e o cuidado com o nível de poluição, preservando o meio ambiente, dando atenção as suas necessidades do meio social e econômico.

Verdadeiro Falso Não sei informar

11. Difere-se DESPESAS e CUSTOS AMBIENTAIS conforme o relacionamento dos gastos com as atividades ligadas ao meio ambiente da empresa, sendo elas o processo de produção e o de venda de produtos.

Verdadeiro Falso Não sei informar

12. O ATIVO AMBIENTAL é subdividido em Ativo Circulante e Não Circulante, onde o primeiro refere-se aos estoques ambientais, estoques de materiais e produtos que tenham relação com a preservação do meio ambiente, e conseqüentemente, o segundo se refere aos que não possuem essa relação.

Verdadeiro Falso Não sei informar

13. RECEITA AMBIENTAL é o resultado da venda de sobras do seu processo de produção, transformando-se em lucro para a empresa, graças a sua preocupação com o meio ambiente.

Verdadeiro Falso Não sei informar

14. Empréstimos de instituições financeiras para investimento na gestão ambiental, remuneração de mão de obra especializada em gestão ambiental, indenizações ambientais e multas decorrentes a infração ambiental são exemplos de PASSIVO AMBIENTAL.

Verdadeiro Falso Não sei informar

Observação: Para responder as questões abaixo considere a seguinte legenda:

NC - Nenhum conhecimento/ CI- conhecimento insuficiente/ CS – conhecimento suficiente/ CQT - conhecimento quase total/ CT - conhecimento total.

Possui conhecimento sobre:	NC	CI	CS	CQT	CT
15. Lei 9.605/98, conhecida como Lei de Crimes Ambientais.					
16. A NBC T 15, que estipula processos para evidenciar as informações de natureza social e ambiental.					
17. O processo de implementação da norma ISO 14.000 (norma de certificação ambiental).					
18. A Lei 6.938/81, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente.					



Universidade Federal da Paraíba
Centro de Ciências Sociais Aplicadas
Departamento de Finanças e Contabilidade
Curso de Ciências Contábeis
Comissão de TCC



FORMULÁRIO VIII

AUTORIZAÇÃO DO AUTOR PARA A PUBLICAÇÃO DO TRABALHO

Autorizo a Comissão de TCC do Curso de Ciências Contábeis do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da UFPB a publicar o Trabalho de Conclusão de Curso de minha autoria, intitulado:
<i>Estudo sobre o conhecimento dos graduandos do curso de Ciências Contábeis da UFPB a respeito da Contabilidade Ambiental.</i>
na página (site) e/ou revista institucional após as modificações que se fizerem necessárias para tal fim.
Ressalvo que esta autorização não se estende à divulgação de dados considerados confidenciais pela (s) empresa (s) ou instituição(ões) em que a coleta de dados foi realizada.
João Pessoa, <u>30</u> de <u>maio</u> de <u>2014</u> .
Assinatura do aluno
Nome: <i>Alaécia Caselmina Fuzemmo Pereira</i>
Endereço: <i>Rua Alaécia Bandeira de Sousa, nº 27, Torre de São</i>
<i>Lauro</i>
Telefone(s): <i>(83) 98603-9923</i>
E-mail: <i>caselmina.fp@hotmail.com</i>



Universidade Federal da Paraíba
Centro de Ciências Sociais Aplicadas
Departamento de Finanças e Contabilidade
Curso de Ciências Contábeis
Comissão de TCC



FORMULÁRIO X

DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE

Por este termo, eu, abaixo assinado, assumo a responsabilidade de autoria do conteúdo do referido Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado: Estudo sobre o conhecimento dos graduandos do curso de Ciências Contábeis da UFPA a respeito da Contabilidade Ambiental.

estando ciente das sanções legais previstas referentes ao plágio. Portanto, ficam, a instituição, o orientador e os demais membros da banca examinadora isentos de qualquer ação negligente da minha parte, pela veracidade e originalidade desta obra.

João Pessoa, 30 de maio de 2017.

Autor(a): Lucia Cassiana Fuzo Pereira

Assinatura (legível)